

2014





MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

54ª Legislatura – 2011-2015

4ª Sessão Legislativa

Presidente

Henrique Eduardo Alves

1º Vice-Presidente

Arlindo Chinaglia

2º Vice-Presidente

Fábio Faria

1º Secretário

Márcio Bittar

2º Secretário

Simão Sessim

3º Secretário

Mauricio Quintela Lessa

4º Secretário

Biffi

Suplentes de Secretário

Gonzaga Patriota

Wolney Queiróz

Vitor Penido

Takayama

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

Secretário Executivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Luiz Paulo Pieri





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
I – ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	7
II – REUNIÕES E EVENTOS DIVERSOS	15
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS REUNIÕES	17
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	20
VISITAS TÉCNICAS	38
PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA	43
V SEMINÁRIO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS	44
III – TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO	47
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	50
IV – SUBCOMISSÕES	70

EXPEDIENTE

TEXTO:

CFFC

FOTOGRAFIAS:

CFFC

EDITORAÇÃO GRÁFICA:

G.A Studio`s

DIAGRAMAÇÃO:

Glauber Alves

CAPA:

Andre Meira e Glauber Alves

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Câmara dos Deputados, Anexo II, Sala 163-A,
Pavimento Superior | 70.160-900 | Brasília-DF
Telefax: (61)3216.6672 | Cel.: (61)7817.0611
Email: cffc.decom@camara.leg.br





APRESENTAÇÃO

Ao encerrarmos mais um ano de atividades, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, registramos aqui o nosso profundo agradecimento aos membros da Comissão, aos Vice-Presidentes, deputados João Arruda (PMDB-PR), Felipe Bornier (PSD-RJ) e Manuel Rosa Neca (PR-RJ), por colaborarem com a realização de um profícuo trabalho em um ano em que as atenções se voltaram para a Copa do Mundo de Futebol e às eleições majoritárias e proporcionais.

Destaco os valorosos e incansáveis colaboradores, servidores da CFFC, sob a coordenação do Secretário-Executivo, Luiz Paulo Pieri. Destaco também o apoio das Consultorias de Orçamento e Legislativa, as assessorias parlamentares e todos os servidores do meu gabinete, que muito contribuíram para a consecução dos trabalhos a cargo desta Comissão e garantiram o elevado nível de qualidade e periodicidade das nossas atividades num ano marcado por significativas e importantes decisões, com resultados altamente positivos e que contribuíram para tornar o Brasil um país mais justo, soberano e, sobretudo, verdadeiramente democrático.

Na presente Sessão Legislativa - 2014 - participaram das audiências públicas da Comissão dez Ministros de Estado: da Saúde, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Controladoria-Geral da União, do Trabalho e Emprego, das Cidades, da Fazenda, do Banco Central, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos, e da Defesa. Também estiveram em audiências públicas, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, o presidente do BNDES e a presidente da Petrobrás.

Diversos temas foram debatidos na CFFC, a destacar: a Crise no Setor Elétrico Brasileiro; a Crise na Petrobrás, iniciada com a compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos; a Regulamentação dos Jogos de Aposta; as Tarifas de Cartões de Crédito; a Recuperação de Ativos no Exterior e Denúncias na Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada, além de visitas técnicas à Secretaria do Tesouro Nacional, a Frigoríficos e Criatórios de Peixe nas cidades de Pinhalão e Cornélio Procopio, no estado do Paraná, à refinaria da Petrobrás em Bacabeira, no estado do Maranhão, além de visita técnica aos Centros de Operação das Empresas Aéreas.

Duas subcomissões permanentes foram instaladas em 2014: a de Defesa Civil e a de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos federais aplicados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, além de duas subcomissões especiais: a da telefonia e da recuperação de ativos.

A CFFC cumpriu com seu papel e contribuiu para o fortalecimento da instituição, com a realização de reuniões ordinárias, de audiências públicas, de visitas técnicas e de seminário nacional. De maneira sistemática avaliou as políticas públicas do governo, reafirmando assim o papel fiscalizador do Congresso Nacional.

Em 02 de fevereiro de 2015

Deputado **HUGO MOTTA**
PMDB/PB
Presidente







ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle nos termos do art. 32, XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, atua na seguinte área temática e atividade:

- “a) tomada de contas do Presidente da República, na hipótese do art. 51, II, da Constituição Federal;
- b) acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências e em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;
- c) planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;
- d) representações do Tribunal de Contas solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo do Congresso Nacional, elaborando, em caso de parecer favorável, o respectivo projeto de decreto legislativo (Constituição Federal, art. 71, § 1º);
- e) exame dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União (Constituição Federal, art. 71, § 4º);
- f) requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas da União.”

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle compõe-se de 20 membros titulares e igual número de suplentes indicados pelos Líderes, nos termos do Ato da Mesa n. 1/2011 que estabelece o número de membros efetivos das Comissões Permanentes e a respectiva representação numérica dos Partidos e Blocos Parlamentares, com base nos números de candidatos eleitos pelas agremiações.

A Presidência da Comissão é composta por um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato até a posse dos novos componentes eleitos no ano subsequente, sendo vedada a reeleição, conforme art. 39 do RICD.

Nos termos do Ato Convocatório do Presidente da Câmara dos Deputados, em reunião realizada dia 26/02/2014, instalaram-se os trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, elegendo-se Presidente o deputado Hugo Motta e Vice-Presidentes os deputados João Arruda, Felipe Bornier e Manuel Rosa Neca.





MEMBROS DA COMISSÃO EM 2014

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Edson Santos PT/RJ (Gab. 402-IV)	José Guimarães PT/CE (Gab. 306-IV)
Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)	Pepe Vargas (*) PT/RS *
Vanderlei Siraque PT/SP (Gab. 574-III)	Renato Simões PT/SP (Gab. 13-II)
PMDB	
Alexandre Santos PMDB/RJ (Gab. 331-IV)	Edinho Bez PMDB/SC (Gab. 703-IV)
Hugo Motta PMDB/PB (Gab. 582-III)	Eduardo Cunha PMDB/RJ (Gab. 510-IV)
João Arruda PMDB/PR (Gab. 633-IV)	Akira Otsubo PMDB/MS (Gab. 277-III)
PSDB	
Luiz Fernando Machado PSDB/SP (Gab. 339-IV)	Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)
Carlos Brandão PSDB/MA (Gab. 529-IV)	Vaz de Lima PSDB/SP (Gab. 519-IV)
PSD	
Felipe Bornier PSD/RJ (Gab. 216-IV)	Irajá Abreu PSD/TO (Gab. 802-IV)
Francisco Tenório PMN/AL (Gab. 476-III)	Sérgio Brito PSD/BA (Gab. 638-IV)
PP	
João Pizzolatti PP/SC (Gab. 741-IV)	Carlos Magno PP/RO (Gab. 213-IV)
PR	
1 vaga	Anthony Garotinho PR/RJ (Gab. 714-IV)
PSB	
1 vaga	Carlos Sampaio PSDB/SP (Gab. 207-IV)
DEM	
Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)	Mendonça Filho DEM/PE (Gab. 314-IV)
SD	
Simplício Araújo (*) SD/MA (Gab. 587-III) *	Fernando Francischini (*) SD/PR *
PTB	
Nilton Capixaba PTB/RO (Gab. 724-IV)	Antonio Carlos Mendes Thame PSDB/SP (Gab. 624-IV)
Bloco PV, PPS	
Edio Lopes PMDB/RR (Gab. 350-IV)	Stepan Nercessian PPS/RJ (Gab. 517-IV)
PROS	
Valtenir Pereira PROS/MT (Gab. 913-IV)	Zoinho PR/RJ (Gab. 619-IV)
Marcio Junqueira PROS/RR	
PDT	
Manuel Rosa Neca PR/RJ (Gab. 341-IV)	André Figueiredo PDT/CE (Gab. 940-IV)
PCdoB	
Eduardo da Fonte PP/PE (Gab. 628-IV)	Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)
PSC	
Zequinha Marinho PSC/PA (Gab. 823-IV)	





PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO



Hugo Motta PMDB/PB
Presidente



João Arruda PMDB/PR
1° Vice-Presidente



Felipe Bornier PSD/RJ
2° Vice-Presidente



Manuel Rosa Neca PR/RJ
3° Vice-Presidente





MEMBROS DA COMISSÃO EM 2014

- TITULARES



ALEXANDRE SANTOS
(PMDB-RJ)



EDIO LOPES
(PMDB-RR)



EDSON SANTOS
(PT-RJ)



EDUARDO DA FONTE
(PP-PE)



FELIPE BORNIER
(PSD-RJ)



FRANCISCO TENÓRIO
(PMN-AL)



HUGO MOTTA
(PMDB-PB)



JOÃO ARRUDAI
(PMDB-PR)



JOÃO PIZZOLATTI
(PP-SC)



LUIZ FERNANDO
MACHADO
(PSDB-SP)



MANUEL ROSA NECA
(PR-RJ)



NILTON CAPIXABA
(PTB-RO)



RONALDO CAIADO
(DEM-GO)



SIBÁ MACHADO
(PT-AC)



SIMPLÍCIO ARAÚJO
(SD-MA)



VALTENIR PEREIRA
(PROS-MT)



VANDERLEI SIRAQUE
(PT-SP)



CARLOS BRANDÃO
(PSDB-MA)



ZEQUINHA MARINHO
(PSC/PA)



MARCIO JUNQUEIRA
(PROS/RR)





MEMBROS DA COMISSÃO EM 2014 - SUPLENTES



ANDRÉ FIGUEIREDO
(PDT-CE)



ANTHONY GAROTINHO
(PR-RJ)



ANTONIO CARLOS
MENDES THAME
(PSDB-SP)



CARLOS MAGNO
(PP-RO)



CARLOS SAMPAIO
(PSDB-SP)



EDINHO BEZ
(PMDB-SC)



EDUARDO CUNHA
(PMDB-RJ)



FERNANDO
FRANCISCHINI
(SD-PR)



IRAJÁ ABREU
(PSD-TO)



JOSÉ GUIMARÃES
(PT-CE)



MENDONÇA FILHO
(DEM-PE)



PEPE VARGAS
(PT-RS)



RENATO SIMÕES
(PT-SP)



SÉRGIO BRITO
(PSD-BA)



STEPAN NERCESSIAN
(PPS-RJ)



VANDERLEI MACRIS
(PSDB-SP)



VAZ DE LIMA
(PSDB-SP)



WELLINGTON ROBERTO
(PR-PB)



ZOINHO
(PR-RJ)



AKIRA OTSUBO
(PMDB-MS)







II REUNIÕES E EVENTOS DIVERSOS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou, na 4a Sessão Legislativa da 54a Legislatura 16 reuniões deliberativas, 18 reuniões de audiência pública e 1 seminário nacional. As reuniões da CFFC são públicas, salvo deliberação em contrário. Ao Presidente da Comissão compete convocar e presidir todas as reuniões da Comissão, bem como organizar a Ordem do Dia das reuniões.

•Reuniões Deliberativas

As reuniões deliberativas da CFFC destinam-se à apreciação, ou seja, discussão e votação, de propostas de fiscalização e controle, representações e requerimentos. Essas proposições serão tratadas em item específico deste relatório. Também são apreciadas nas reuniões deliberativas, as sugestões de emendas às leis orçamentárias e os relatórios das atividades das Subcomissões.

Nas reuniões deliberativas os trabalhos iniciam com a presença de, pelo menos, metade dos membros da Comissão, o que, no caso da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, perfaz um quórum mínimo de abertura de dez deputados. Já para a deliberação das matérias, o quórum é de onze deputados. O Regimento Interno assegura ao parlamentar a prerrogativa de participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão, mesmo não sendo um dos seus membros.

As reuniões podem durar o tempo necessário ao exame das respectivas pautas, a juízo do Presidente da Comissão. No entanto, em nenhum caso as reuniões da Comissão poderão coincidir com a Ordem do Dia de Sessão Ordinária ou Extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

•Reuniões de Audiência Pública

As reuniões de audiência pública visam promover debate dos parlamentares com autoridades e representantes da sociedade civil, a fim de instruir matéria legislativa, bem como tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à área de atuação da Comissão.

No exercício da função fiscalizatória que compete a esta Comissão, é de suma relevância para concretização do trabalho da Comissão a realização de audiências públicas e seminários, cujos resultados podem deflagrar a apresentação de proposta de fiscalização e controle a ser implementada pela própria Comissão.

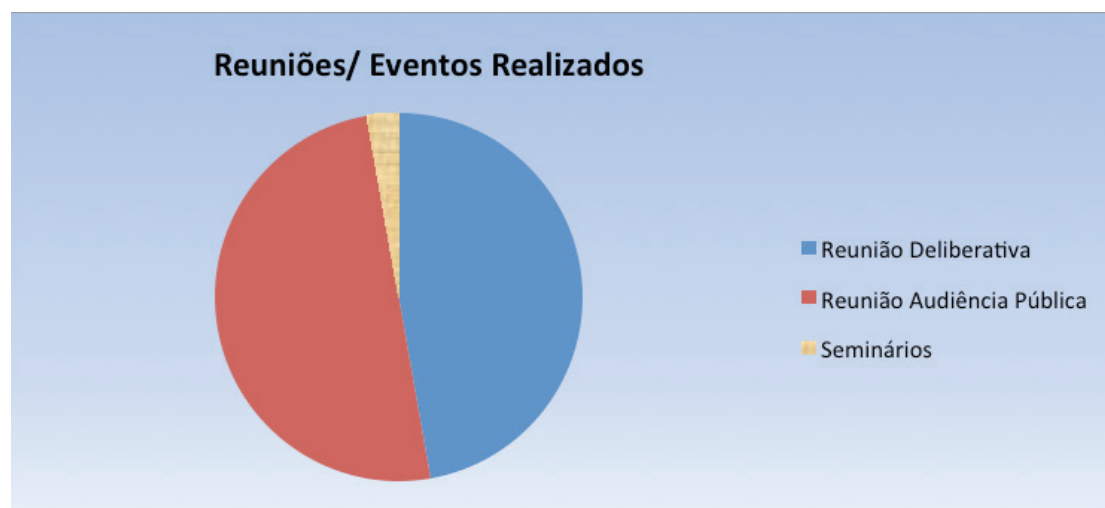
A realização de reunião de audiência pública poderá ser proposta por deputado, membro da Comissão, mediante requerimento a ser aprovado pelo Colegiado da Comissão.

A CFFC tem também competência para convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Além disso, Ministros de Estado poderão comparecer espontaneamente para expor assunto de relevância de seu ministério.



QUADRO ESTATÍSTICO DAS REUNIÕES

Reuniões Deliberativas	Audiências Públicas	Seminários	TOTAL
16	18	1	35



Participaram das audiências públicas da Comissão dez Ministros de Estado: da Saúde, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Controladoria-Geral da União, do Trabalho e Emprego, das Cidades, da Fazenda, do Banco Central, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos, e da Defesa.

A CFFC realizou, em 02/12/2014, a 5ª edição do Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos com o tema: “Fundo de Participação dos Municípios e a repartição das receitas tributárias”. Participaram do evento diversas autoridades, dentre elas o presidente do Tribunal de Contas da União – Ministro Augusto Nardes; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski; o deputado João Maia (PR-RN), presidente da Comissão Especial que analisou o aumento do Fundo de Participação dos Municípios - FPM; além de técnicos do IPEA, os Srs. Sérgio Gobetti e Rodrigo Octávio Orair. Foram destaques nos debates: a distribuição e importância do FPM para as finanças públicas e propostas legislativas em tramitação; atribuições do TCU no cálculo do FPM e também atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional inerentes aos recursos do FPM.

Em ação conjunta com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a Comissão, em Sessão Solene no dia 9 de dezembro de 2014, realizou a entrega do “Prêmio Transparência e Fiscalização Pública – edição 2014”. Na categoria Sociedade Civil, o Prêmio foi conferido à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação; na categoria Governamental, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.



RELAÇÃO DESCRITIVA DAS REUNIÕES

Dia 26/02/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão.

Dia 12/03/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 19/03/2013, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 19/03/2014, às 10h – Plenário 2 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a Comissão de Minas e Energia
-Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do país.

Dia 19/03/2014, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública
-Audiência pública destinada a esclarecimentos quanto ao regime diferenciado de contratação dos médicos cubanos, sobre a transferência de recursos aos estados e sobre a política de saúde dos indígenas.

Dia 26/03/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 26/03/2014, às 11h – Plenário 1 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública
-Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre denúncias de envolvimento em irregularidades com ONGs e eventuais providências adotadas; e sobre as relações do Governo Federal com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Dia 02/04/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 09/04/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 10/04/2014, às 11h – Plenário 11 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública.
-Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre o andamento das obras de mobilidade urbana; alteração das Resoluções do Contran nº 168/2004 e 358/2010, que dispõem sobre a implantação de simuladores em autoescola; e a sistemática de empenhos do Orçamento Geral da União 2013, provenientes das emendas parlamentares.

Dia 16/04/2014, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a CDEIC e a CREDN
-Audiência pública destinada a esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira.

Dia 23/04/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 23/04/2014, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a CDEIC e a CREDN
-Audiência pública destinada a debater temas relacionados diretamente com a regulamentação de jogos de aposta em dinheiro no Brasil.

Dia 29/04/2014, às 16h – Plenário 4 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública
-Audiência pública destinada a coletar mais informações a respeito das denúncias que envolvem a Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) e a Empresa Colossus Minerals Inc.



Dia 30/04/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a CME

-Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre as denúncias envolvendo contratos firmados entre a estatal e a empresa SBM Offshore, bem como as providências adotadas no âmbito interno sobre as referidas denúncias; e acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos), por parte da estatal brasileira.

Dia 07/05/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

-Deliberação de proposições.

Dia 14/05/2014, às 9h30 – Plenário 2 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a CFT

-Audiência pública destinada a esclarecimentos acerca do envolvimento do Ministro da Fazenda na confecção de ata de reunião do Conselho de Administração da Petrobras, que deliberou sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América; e sobre a crise econômica e o rebaixamento da classificação de risco do Brasil.”

Dia 20/05/2014, às 14h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

-Audiência pública destinada a debater e esclarecer a continuação das altas taxas de juros e tarifas cobrados por alguns bancos, notadamente no saldo da fatura do Cartão de Crédito, da qual é efetuado apenas o pagamento mínimo e também no crédito rotativo.

Dia 21/05/2014, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

-Deliberação de proposições.

Dia 21/05/2014, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

-Audiência pública destinada a esclarecimento da problemática enfrentada nas obras dos aeroportos, o remanejamento dos voos para o período da copa e o cronograma atualizado das obras em andamento.

Dia 22/05/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

-Audiência pública destinada a conhecer as dificuldades legislativas do governo brasileiro na recuperação dos ativos produtos de crimes encontrados no exterior

Dia 27/05/2014, às 14h30 – Plenário 5 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

-Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre a concessão de empréstimo à Construtora Odebrecht, para a realização das Obras do Porto de Mariel, Cuba e também financiamento do Grupo JBS-Friboi, Fundo Amazônico, Plano de Investimentos do BNDES e a MP 633/2013.

Dia 28/05/2014, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

-Deliberação de proposições.

Dia 03/06/2014, às 10h – Plenário 11 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública (Mesa-Redonda).

-Audiência pública (mesa-redonda) destinada a debater e ouvir as empresas concessionárias de rodovias federais, bem como demais órgãos públicos participantes direta ou indiretamente destas concessões e demais setores organizados da sociedade.



Dia 04/06/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 10/06/2014, às 14h30 – Plenário 12 – Anexo II –
Reunião Extraordinária de Audiência Pública.
-Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre os atrasos na realização de processos licitatórios para o arrendamento de portos no setor privado e sobre a política portuária nacional.

Dia 16/07/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições

Dia 06/08/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 29/10/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 12/11/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 19/11/2014, às 10h – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Ordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições.

Dia 19/11/2014, às 14h30 – Plenário 11- Anexo II –
Reunião Extraordinária de Audiência Pública.
-Audiência pública destinada a debater a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país e esclarecer sobre a atualização das tecnologias do sistema.

Dia 09/12/2014, às 10h – Plenário 2- Anexo II –
Reunião Extraordinária de Audiência Pública - conjunta com a CMO, CFT, CDEIC, CAE-SF e CMA-SF
-Audiência pública destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do segundo semestre do exercício de 2013 e do primeiro semestre do exercício de 2014, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dia 09/12/2014, às 14h30 – Plenário 1- Anexo II –
Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a CREDN
-Audiência pública destinada a esclarecer aspectos relacionados à assinatura do contrato para o desenvolvimento e a produção de 36 caças Gripen NG, fabricados pela companhia sueca SAAB; e esclarecer as condições em que se processou a compra dos mísseis “Harpoon”, dos Estados Unidos.

Dia 16/12/2014, às 14h30 – Plenário 9 – Anexo II –
Reunião Extraordinária Deliberativa
-Deliberação de proposições

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Crise no Sistema Elétrico Brasileiro

Audiência pública realizada em 19/3/2014 – conjunta com as Comissões de Minas e Energia (CME) e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

Destinada a debater a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do país.

Requerimentos nº 582/2014-CFFC do deputado Mendonça Filho, aprovado em 12/3/2014; nº 299/2014-CME, dos deputados Davi Alcolumbre e Geraldo Thadeu; nº 142/2014-CDEIC, dos deputados Mendonça Filho e Mandetta; e nº 145/2014-CDEIC, do deputado Mandetta;

Participantes convidados: Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Resumo:

Respondendo aos questionamentos dos deputados durante a audiência, o Secretário-Executivo Márcio Zimmermann disse que o país está equilibrado em termos de quantidade de usinas geradoras e de linhas de transmissão de energia. Zimmermann reconheceu que, como a tendência é que a partir de maio as chuvas diminuam, o nível dos reservatórios dificilmente será recomposto, confirmando a necessidade de utilizar usinas térmicas ao longo do resto do ano, mas enfatizou que não há previsão de riscos de desabastecimento. Zimmermann também descartou o risco de que os aportes de recursos do Tesouro feitos em socorro às distribuidoras resultem em aumento de tarifa no próximo ano, argumentando que esse aporte será compensado com o retorno para

o domínio da União de algumas geradoras, cujos contratos de concessão vencem em 2015.

Sobre um possível déficit de contratação (capacidade ociosa de transmissão) de energia pelas distribuidoras, Zimmermann considerou que o ideal é realmente que as distribuidoras operem 100% contratadas e informou que o governo deverá

realizar um novo leilão no dia 25 de abril para atender distribuidoras que estão descontratadas. Já quanto à expectativa de crescimento da demanda de energia pelas distribuidoras, o Secretário-Executivo disse que o Ministério trabalha com a previsão de aumento do parque gerador instalado em 9 mil megawatts, o que inclui as hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau.



Foto: Lucio Bernardo Jr. - Banco de Imagens da Câmara dos Deputados.



Contratação de Médicos Cubanos

Audiência pública realizada em 19/03/2014



Foto: Milena Feitosa

Destinada a prestar esclarecimentos quanto ao regime diferenciado de contratação dos médicos cubanos, sobre a transferência de recursos aos Estados e sobre a política de saúde dos indígenas.

Requerimento nº 585/2014, do deputado Mendonça Filho, aprovado em 12/3/2014.

Participante convidado: Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde.

Resumo:

Durante a explanação inicial o Ministro defendeu a necessidade da contratação emergencial de médicos para suprir a carência desses profissionais, sobretudo, nas periferias das grandes cidades e no interior do país, mas destacou que o Programa Mais Médico não se resume a um plano de contratação emergencial de médicos, tendo, além desse, outros dois eixos estruturantes: mais investimentos na construção e melhorias das unidades básicas de saúde, nas unidades de pronto atendi-

mento (UPA's) e na atenção especializada e hospitalar; e formação de médicos para o SUS, com aumento de vagas na graduação de Medicina e na residência médica.

Quanto à contratação dos médicos cubanos, o Ministro lembrou que as vagas do Programa foram oferecidas primeiramente aos médicos formados no Brasil, depois a qualquer médico estrangeiro ou brasileiro formado no exterior e só então recorreu ao convênio com a Opas (Organização Panamericana de Saúde), órgão da ONU, para preencher as vagas remanescentes, especialmente no interior do país. O ministro esclareceu que os médicos cubanos do Programa são servidores de Cuba, que atuarão temporariamente no Brasil, têm todos os seus direitos trabalhistas garantidos em seu país de origem e, de acordo com o termo de ajuste do convênio, receberão no Brasil uma bolsa de valor equivalente ao que é pago aos médicos brasileiros durante a residência médica. Enfatizou ainda que a taxa de desistência

do Programa, entre os médicos cubanos, é bem menor que a dos brasileiros e demais estrangeiros.

Sobre a política de saúde dos povos indígenas, o ministro explicou o funcionamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que atuam de forma descentralizada no atendimento aos índios aldeados, e informou que o Ministério está tomando as providências necessárias para averiguar denúncias de irregularidades nos contratos de alimentação e locação de veículos e aeronaves.

Quanto aos repasses a estados e municípios, o Ministro afirmou que seguem critérios apenas técnicos, negando que haja ingerência política, e mostrou que, só de pagamento dos médicos e transferência direta de recursos para a equipe de saúde da família, houve um aumento anual de R\$ 2,8 bilhões. Quanto às transferências de recursos fundo a fundo para municípios e estados, o crescimento foi de 28% na região Nordeste e de 33% no Norte.



Irregularidades em ONGs e Relações com o MST

Audiência Pública realizada em 26/03/2014



Foto: Milena Feitosa

Destinada a esclarecer denúncias de envolvimento em irregularidades com ONGs e eventuais providências adotadas, bem como as relações do Governo Federal com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Requerimento nº 586/2014, do deputado Fernando Francischini, aprovado em 12/3/2014.

Convocados presentes:

Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República;
Jorge Hage Sobrinho, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União;
Manoel Dias, Ministro do Estado de Trabalho e Emprego.

Resumo:

O Ministro Jorge Hage explanou sobre a atuação da CGU, inclusive em operações conjuntas com a Polícia Federal, destacando que 2.690 entidades estão proibidas de receber dinheiro federal, com base no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impe-

didadas (CEPIM), mantido pelo órgão. O Ministro reconheceu que ainda é preciso melhorar o sistema, mas realçou a evolução da capacidade de controle do Governo, desde que foi criada a CGU, em 2003. Entre várias propostas de melhorias para o efetivo controle da CGU, Hage sugeriu aos parlamentares que aprovassem o marco regulatório para convênios entre o governo e ONGs, um projeto de lei já aprovado no Senado, sob o nº 649/2011, que agora tramita na Câmara com o nº 7168/2014.

Especificamente sobre as irregularidades nos convênios do MTE, Jorge Hage afirmou que os problemas com ONGs que atuam na área de formação profissional são antigos e auditorias realizadas pela CGU já apontaram diversas irregularidades, que resultaram em descredenciamentos das entidades e emissão de certificados de irregularidades.

O Ministro do Trabalho e Emprego avaliou como muito importante o espaço no Congresso para o debate e afirmou que as denúncias oferecidas são notícias requentadas. Manoel Dias negou qualquer envolvimento em

irregularidades e informou que desde 2011 a Adrvale está impossibilitada de receber recursos em virtude das denúncias investigadas pela Polícia Federal. Dias ressaltou que o Ministério não tinha capacidade de fiscalização e atualmente passa por um processo de informatização para agilizar o atendimento e oferecer maior transparência dos seus trabalhos.

O Ministro Gilberto Carvalho enfatizou a importância do papel social das ONGs e destacou a importância dos movimentos sociais para a construção de um novo país, onde, por meio do diálogo, os conflitos estão sendo resolvidos de forma pacífica. Sobre o patrocínio ao MST, Gilberto Carvalho afirmou se tratar de uma feira agroecológica e reconheceu que houve um incidente, mas desafiou qualquer pessoa a apresentar alguma prova (foto, filmagem) que mostre a tentativa de invasão do prédio do STF ou ao Palácio do Planalto. O Ministro convidou, ainda, os parlamentares para visitar com ele algumas cooperativas de assentados e constatar-lhes a eficiente produção agrícola.



Mobilidade Urbana

Audiência pública realizada em 10/4/2014



Foto: Milena Feitosa

Destinada a prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras de mobilidade urbana; alteração das Resoluções do CONTRAN n. 168/2004 e 358/2010, que dispõem sobre a implantação de simuladores em autoescola; e a sistemática de empenhos do Orçamento Geral da União 2013, provenientes das emendas parlamentares. Requerimento nº 576/2014, do deputado Carlos Brandão, aprovado em 12/3/2014.

Participante convocado: Gilberto Magalhães Occhi, Ministro de Estado das Cidades.

Resumo:

Em sua explanação inicial o ministro Gilberto Occhi alertou sobre a possível perda de um grande volume de recursos federais, informando que um levantamento feito pela Caixa Econômica Federal (CEF),

aponta que os restos a pagar de 2012 somam R\$ 2,5 bilhões e, se até junho deste ano não fossem adotadas as medidas necessárias, as emendas seriam perdidas. Também ressaltou que, em relação ao Orçamento de 2014, já constam seiscentas emendas pendentes de alimentação de dados no sistema, fazendo com que o Ministério das Cidades tenha dificuldades de contemplar as prefeituras selecionadas devido à falta do preenchimento correto dos dados.

Ao falar dos simuladores, o Ministro explicou que será mais uma ferramenta para a melhoria e educação no trânsito, uma vez que dados do Ministério da Saúde revelam a estatística de 43 mil mortes nas estradas brasileiras correspondentes a 120 mortes por dia. Argumentou também que, ao contrário do que se imagina, a utilização dos simuladores busca a redução do custo

para o usuário que for tirar a carteira de habilitação.

Sobre a mobilidade urbana, Gilberto Occhi destacou que, durante muitos anos o país não teve investimentos e atualmente muito está sendo feito a exemplo de saneamento básico e melhorias no transporte coletivo, acrescentando que as obras de mobilidade desenvolvidas são para antes, durante e depois da Copa do Mundo.

Durante os debates, foram feitas críticas ao atraso das obras e à atuação da Caixa Econômica Federal, mas tanto os deputados da oposição como da base governista parabenizaram o Ministro por sua vinda à Comissão e ressaltaram que a convocação foi dirigida ao Ex-Ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro, considerando que este deveria ter comparecido à audiência nem que fosse para auxiliar o atual Ministro.



Compra da Refinaria de Pasadena

Audiência pública realizada em 16/4/2014 – conjunta com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).



Foto: Milena Feitosa

Destinada a prestar esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira.

Requerimentos nº 611/2014-CFFC, dos deputados Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy, e 615/2014-CFFC, do deputado Mendonça Filho, subscritos pelos deputados Fernando Francischini, Carlos Brandão e Stepan Nercessian, aprovados em 19/3/2014; nº 415/2014-CREDN, dos deputados Emanuel Fernandes, Antonio Imbassahy, Duarte Nogueira e Antonio Carlos Mendes Thame; e nº 151/2014-CDEIC, dos deputados Mendonça Filho e Mandetta.

Participante convidado: Nestor Cuiñat Cerveró, Ex- Diretor da Área Internacional da Petrobras.

Resumo:

Em sua explanação inicial, o Sr. Nes-

tor Cerveró argumentou que a aquisição de 50% da refinaria de Pasadena, em 2006, foi fruto de uma decisão estratégica e conjunta de toda a diretoria da Petrobras, de investir no refino de petróleo pesado (Marlim) em território americano, em cujo mercado essa atividade estava extremamente valorizada. O convidado apresentou números para demonstrar que o valor investido na refinaria pela empresa belga Astra Oil não se limitou ao 42 milhões de dólares iniciais da sua aquisição, chegando a cerca de 360 milhões, incluindo-se, entre outros, os valores gastos com compra de estoque e em investimentos necessários para que a refinaria voltasse a funcionar.

Cerveró esclareceu, também, que o valor de aproximadamente 1,2 bilhão pago pela Petrobras não se refere apenas à compra dos 100% da refinaria, mas engloba a aquisição da Pasadena Trading e dos esto-

ques da refinaria, taxas e impostos, além de honorários advocatícios devido à disputa judicial que levou a estatal a adquirir a segunda metade da refinaria em 2008. Explicou que o projeto de investimento para dobrar a capacidade da refinaria de 100 mil para 200 mil barris de petróleo refinados por dia, motivo da divergência com a sócia belga, não foi completado, devido ao novo cenário nacional com a descoberta do pré-sal, que levou a Petrobras a dar novas prioridades aos investimentos, bem como à queda do preço do óleo refinado no mercado internacional.

Respondendo às indagações dos deputados, o ex-diretor afirmou não se sentir traído com sua exoneração da diretoria da Petrobrás, considerando-a procedimento normal de substituição de titulares de cargos comissionados e desvinculando-a das consequências da negociação para a compra da refinaria de Pasadena.

Regulamentação de Jogos de Aposta

Audiência Pública realizada em 23/4/2014



Foto: Milena Feitosa

Destinada a debater temas relacionados diretamente com a regulamentação de jogos de aposta em dinheiro no Brasil. Requerimentos nº 598/14 e nº 629/14, do deputado Vanderlei Siraque, aprovados respectivamente em 19/3/2014 e 9/4/2014.

Participantes convidados: Magnho José, Jornalista, Presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal – IJL; Daniel Homem de Carvalho, Ex-Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro – Loterj; Antonio Aparecido Ferreira (Toninho Boiadeiro), empresário; e Olavo Sales Silveira, Presidente da Associação Brasileira de Bingos – Abrabin.

Resumo:

O Sr. Magnho José defendeu a regulamentação das apostas em jogos de azar, como o jogo do bicho, bingos, caça-níqueis e apostas pela internet, apresentando uma estimativa de que o setor ilegal movimenta hoje quase R\$ 19 bilhões por ano,

enquanto os jogos legais, como as loterias e as corridas de cavalos, movimentariam cerca de R\$ 12 bilhões. Especificamente sobre o jogo do bicho, argumentou que há pelo menos 350 mil pontos de venda em todo o país, pagando prêmios de 60% do valor das apostas, enquanto as loterias da Caixa pagariam pouco mais de 30%. Apresentou também levantamento de pesquisas, apontando, entre outros dados, que 60% da população do Rio de Janeiro apoia a legalização dos jogos, e que, dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 75% permitem jogos de apostas.

O Sr. Daniel Homem de Carvalho defendeu a regulamentação dos jogos de azar como forma de permitir a arrecadação de impostos pelo Estado. Alertou ainda para o risco de o novo Código Penal em discussão no Congresso criminalizar a prática desses jogos, argumentando que não se pode

obrigar toda a sociedade a tomar como regra uma visão moral do mundo daqueles que condenam o jogo e podem simplesmente não jogar. O Sr. Toninho Boiadeiro também fez a defesa da regulamentação dos jogos de apostas, enfatizando o seu peso econômico, tanto em relação à arrecadação de impostos que poderia ser usado para atender as demandas sociais, como na geração de empregos que o setor propicia. Já o Sr. Olavo Sales destacou que os jogos de apostas fazem parte da cultura brasileira e sua proibição, apenas para a iniciativa privada – já que o Estado pode atuar nessa área –, leva ao descaminho, à corrupção e à criminalidade em geral.

Durante os debates, o deputado Jânio Natal defendeu a regulamentação dos jogos e o deputado Vanderlei Siraque afirmou que o assunto é polêmico, mas precisa ser debatido sem hipocrisias e sem medo pelo Congresso Nacional.



Denúncias sobre Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada

Audiência pública realizada em 29/04/2014

Destinada a coletar mais informações a respeito das denúncias que envolvem a Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) e a Empresa Colossus Minerals Inc, que trata a Proposta de Fiscalização e Controle – PFC nº 151/2013.

Requerimento nº 596/14, do deputado Edio Lopes, aprovado em 19/3/2014.

Participante convidado: Gesse Simão de Melo, Ex-Presidente da Coomigasp.

Resumo:

O Sr. Gesse Simão alegou que todas as ações feitas durante sua gestão foram frutos de decisões com os próprios garimpeiros e ressaltou que, no período anterior à sua gestão, a situação em Serra Pelada era “horripilante”, conforme denunciara à época na Comissão de Direito Humanos da Câmara. O convidado afirmou que sempre existiu um grupo de vândalos patrocinados por grupos econômicos e políticos, que queriam Serra Pelada para si e que ele procurou pacificar os garimpeiros, acrescentando que conta com o apoio de mais de trinta mil trabalhadores. Ele negou, ainda, ter recebido qualquer quantia ilícita e desafiou qualquer pessoa a apresentar uma prova que o incriminasse.

Durante os debates, vários deputados ressaltaram a necessidade de se insta-



Foto: Milena Feitosa

lar uma CPI para que todos os envolvidos sejam convocados e compareçam à Casa para prestar os devidos esclarecimentos sobre o caso. Em resposta ao deputado Edio Lopes, sobre os altos gastos com a realização de assembleias, o Sr. Gesse Simão explicou que as assembleias reuniam cerca de trinta mil garimpeiros de todo Brasil e todos

os gastos eram custeados pela cooperativa. Questionado pelo deputado Domingos Dutra sobre a assinatura de quatro aditivos no contrato com a empresa Colossus que só prejudicariam os garimpeiros, o convidado voltou a afirmar que tudo que foi feito estava em comum acordo com os garimpeiros e foi deliberado durante as assembleias.



Contratos da Petrobras com a SBM Offshore e Compra da Refinaria de Pasadena

Audiência pública realizada em 30/04/2014 - conjunta com a
Comissão de Minas e Energia



Foto: Milena Feitosa

Destinada a prestar esclarecimentos sobre as denúncias envolvendo contratos firmados entre a estatal e a empresa SBM Offshore, bem como as providências adotadas no âmbito interno sobre as referidas denúncias; e esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos), por parte da estatal brasileira.

Requerimentos nº 578/2014-CFFC, do deputado Vanderlei Macris, aprovado em 12/3/2014; e nº 316/2014-CME, dos deputados Bruno Araújo, Antonio Imbassahy, Davi Alcolombe e Geraldo Thadeu.

Participante convidada: Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras.

Resumo:

Em sua explanação inicial, a Sra. Graça Foster afirmou que, até 2008, a transação para aquisição dos 50% da refinaria de Pasadena, ocorrida em 2006, era potencialmente boa, porque a Petrobras faria a renovação do parque de refino (conhecida como revamp) para processar o petróleo pesado (Marlim),

maioria do extraído no Brasil, e refletia a decisão estratégica da estatal de investir no refino de petróleo no exterior, especialmente na região de Pasadena (EUA), onde se concentra um grande número de refinarias e há toda a infraestrutura necessária para facilitar a comercialização do óleo refinado. Acrescentou, entretanto, que, após 2008, o negócio tornou-se de baixo retorno, pois, com a descoberta do pré-sal e a redução das margens de lucro no refino, a Petrobras resolveu concentrar seus investimentos no Brasil e não foi feito o revamp para que a Refinaria de Pasadena pudesse refinar óleo pesado e aumentar sua capacidade de refino de 100 mil para 200 mil barris por dia. A Presidente da Petrobras citou as licitações para novas refinarias no Brasil, como a Premium 1 e 2, no Maranhão e Ceará, respectivamente, e a construção de Abreu e Lima, em Pernambuco, como reflexo da mudança de cenário e dos investimentos da estatal.

Graça Foster afirmou ainda que, tanto a existência das cláusulas Put Option e Marlim no contrato de aquisição de 50% da Refinaria

de Pasadena, como a intenção de compra dos 50% remanescentes, não foram mencionadas no resumo técnico do contrato na apresentação feita pela área internacional ao Conselho Administrativo presidido à época pela então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Enfatizou que essas cláusulas eram muito relevantes, argumentando que, embora a Put Option seja comum e a Marlim não tenha sido acionada, elas precificaram e valorizaram a negociação.

Sobre as denúncias de irregularidades envolvendo os contratos com a SBM Offshore, tema abordado pelo deputado Anthony Garotinho durante os debates, a Presidente da Petrobras argumentou que, devido ao sigilo do assunto, não poderia prestar os esclarecimentos solicitados, mas informou que o relatório da auditoria interna, com os depoimentos dos envolvidos na denúncia, foi enviado às autoridades competentes. Entretanto, após consultar o Gerente Jurídico da Petrobras, presente na plateia, a convidada se comprometeu a enviar à CFFC o conteúdo dos depoimentos cujos depoentes autorizarem a divulgação.



Aquisição da Refinaria de Pasadena

Audiência pública realizada em 14/5/2014 - conjunta com a
Comissão de Finanças e Tributação.



Foto: Milena Feitosa

Destinada a obter esclarecimentos do ministro da Fazenda acerca do seu envolvimento na confecção de ata de reunião do Conselho de Administração da Petrobras, que deliberou sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América; e da crise econômica e rebaixamento da classificação de risco do Brasil.

Requerimentos nº 613/14-CFFC, do deputado Mendonça Filho, subscrito pelos deputados Vanderlei Macris, José Guimarães, Fernando Francischini, Marcio Junqueira e Alexandre Santos, aprovado em 26/3/2014; e nº 289/14-CFT, dos deputados Rodrigo Maia e José Stédile.

Participante convidado: Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda.

Resumo:

Em sua explanação inicial, o ministro Guido Mantega apresentou dados sobre a economia do país, enfatizando que,

apesar de algumas turbulências geradas por oscilações na economia internacional, o crescimento da economia brasileira, em 2013, foi maior que o da maioria dos países desenvolvidos e emergentes. Mantega também considerou que a perspectiva é uma melhora gradual da economia brasileira nos próximos anos, em sintonia com a melhora da economia internacional, com o arrefecimento da crise. O Ministro destacou que o principal objetivo da política econômica é elevar o padrão de vida da população, o que vem sendo atingido, pois, mesmo no período de crise, o Brasil continuou crescendo, com aumento dos investimentos, da geração de empregos e da renda média da população.

Sobre o rebaixamento da nota dos títulos brasileiros feito pela agência de classificação de risco Standart & Poor's, o convidado discordou da decisão da agência e considerou que essa atitude foi ignorada pelos mercados internacionais, argumen-

tando que, após o anúncio do rebaixamento da nota, em março, houve valorização do real e das bolsas de valores brasileiras.

Sobre a compra da refinaria de Pasadena, Guido Mantega esclareceu que não fazia parte do conselho de administração da Petrobras à época da aprovação da transação, em 2006, mas afirmou que o momento era promissor para a ampliação dos investimentos do setor de refino nos Estados Unidos, destacando que a operação foi aprovada por um conselho "qualificado" e contava com um parecer favorável do Citibank. Confirmou, ainda, ter enviado mensagem à Casa Civil, na qual questionava a ausência de menção à cláusula Marlum na ata da reunião sobre a aquisição da segunda metade da refinaria, quando ele já era conselheiro da estatal. Argumentou, entretanto, que o assunto não foi levado adiante porque a cláusula, que garantia uma rentabilidade mínima para a Astra Oil, sócia da Petrobras no negócio, nunca foi acionada.





Taxas de Juros de Cartão de Crédito

Audiência pública realizada em 20/5/2014



Foto: Viola Jr. - Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Destinada a debater e esclarecer a continuação das altas taxas de juros e tarifas cobrados por alguns bancos, notadamente no saldo da fatura do Cartão de Crédito, da qual é efetuado apenas o pagamento mínimo e também no crédito rotativo.

Requerimento nº 628/2014, do deputado Edinho Bez, aprovado em 9/4/2014.

Participantes convidados: Anselmo Pereira Araujo Netto, Consultor no Departamento de Regulação do Sistema Financeiro, do Banco Central - Bacen; Amoque Benigno Araujo, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional, do TCU; Leandro Vilain, Diretor de Políticas de Negócios e Operações da Federação Brasileira de Bancos - Febraban; e Ricardo de Barros Vieira, Diretor - Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - ABECS.

Resumo:

O Sr. Anselmo Pereira informou que

o Bacen não atua como órgão de defesa do consumidor, mas enfatizou o trabalho do Bacen na regulação do setor de cartões de crédito, a fim de garantir mais transparência nas transações e o aumento da concorrência entre os bancos que operam com cartões de créditos, citando, entre outras medidas, a portabilidade das dívidas. Os Srs. Leandro Vilain e Ricardo Barros apontaram as vantagens do cartão de crédito para o comércio, o consumidor e o país, e enfatizaram que cerca de 74% das operações realizadas com cartão de crédito no Brasil não são taxadas, pois o consumidor o utiliza apenas como forma de administrar suas contas, seja usando a modalidade de pagamento à vista ou o crédito parcelado pelas empresas, e paga a fatura integralmente na data de vencimento.

Quanto às taxas de juros cobradas sobre os 26% restante das operações, que englobam o crédito rotativo e o saldo devedor do cartão, – quando o cliente não

paga integralmente a fatura – o Sr. Leandro Vilain e Ricardo Barros reconheceram que estão acima dos valores cobrados no mercado internacional, mas argumentaram que a comparação não pode ser feita de modo simplista, pois o volume de operações desse tipo no país é muito inferior ao das praticadas internacionalmente. O Sr. Amoque Benigno Araujo esclareceu que, por se tratarem de operações de natureza privada, as transações com cartão de crédito não são da alçada da fiscalização do TCU. Ao final das apresentações, assumiu a presidência o deputado Manuel Rosa Neca.

Durante os debates, o autor do requerimento de audiência, deputado Edinho Bez, concordou que o uso de cartões créditos é benéfico, para o consumidor e para o mercado, pelas razões já apresentadas, mas considerou que falta um maior controle sobre as altas taxas de juros, às vezes abusivas.





Obras em Aeroportos para a Copa do Mundo 2014

Audiência pública realizada em 21/05/2014



Foto: Sandra Neves

Destinada a esclarecimento da problemática enfrentada nas obras dos aeroportos, o remanejamento dos voos para o período da copa e o cronograma atualizado das obras em andamento.

Requerimento nº 644/2014, do deputado Fernando Francischini, aprovado em 23/4/2014.

Participante convocado: Wellington Moreira Franco, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, que se fez acompanhar de Marcelo Guarany, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.

Resumo:

Em sua explanação, o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil reconheceu que nem todas as obras de reformas dos aeroportos nas cidades-sede dos jogos serão concluídas antes do início do evento, mas considerou que a infraestrutura

dos aeroportos brasileiros está preparada para o aumento do fluxo de passageiros e garantiu que não haverá caos nos aeroportos durante a Copa do Mundo de Futebol. Moreira Franco informou que os atrasos ocorrem, sobretudo, nos aeroportos gerenciados pela estatal Infraero e que o maior problema está em Fortaleza (CE), esclarecendo que lá foi montado um terminal provisório que atenderá às necessidades da Copa e será desmontado posteriormente.

Em relação aos aeroportos administrados por empresas privadas, o Ministro destacou que Guarulhos (SP) inaugurou o novo terminal na última terça-feira, vinte de maio, e que Brasília deverá finalizar as obras até junho. Apontou, porém, que Viracopos (SP) não está cumprindo o cronograma previsto no contrato de concessão e que a Anac já está concluindo investigações para tomar as medidas contratuais necessárias, defendendo que o mesmo trata-

mento rigoroso seja aplicado à Infraero por não entregar as reformas dos aeroportos no prazo previsto.

Em seguida, o Presidente da Anac explicou que, no caso da Infraero, hoje não existe um contrato com multas previstas, mas que a agência já estuda, a pedido do Ministro, como poderá punir a empresa pública pelo atraso na entrega das obras. Marcelo Guarany destacou que a Anac está trabalhando o planejamento dos voos para a Copa de acordo com a infraestrutura e capacidade atual dos aeroportos, acompanhando, desde janeiro, todas as vendas de voos para o evento. Ainda segundo Guarany, o número de voos previstos para o período da Copa já aumentou 6,8% em relação aos operados atualmente, totalizando 9.440 novos voos previstos, sendo o aeroporto de Guarulhos o mais demandado no período, por ser “a grande porta de entrada do país”.



Recuperação de Ativos no Exterior

Audiência pública realizada em 22/5/2014

Destinada a conhecer as dificuldades legislativas do governo brasileiro na recuperação dos ativos produtos de crimes encontrados no exterior.

Requerimentos nº 624/2014 e nº 638/2014, ambos do deputado Renato Simões, aprovados respectivamente em 2/4/2014 e 23/4/2014.

Participantes convidados: Vladimir Barros Aras, Procurador Regional da República e Secretário de Cooperação Jurídica Internacional; Cairo Costa Duarte, Chefe do Serviço de Inteligência de Combate aos Crimes Financeiros, e Tânia Fogaça, ambos representando Leandro Daiello, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Compareceram também: Roberto Biasoli, representando o Sr. Roberto Saad, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional – Ministério da Justiça; e Pedro Paulo G. de Medeiros, representando o Conselho Federal da OAB.

Resumo:

O Procurador Regional da República informou que, dos 550 mil presos do Brasil, apenas 632 pessoas estão presas por corrupção. Ele afirmou que o rastreamento de recursos financeiros enviados para fora, oriundos de crimes como corrupção e tráfico, é uma das maiores dificuldades para a repatriação dos ativos, cuja recuperação é fundamental para mudar a imagem que o Brasil tem no exterior de ser um país corrupto. Vladimir Aras ressaltou que a ausência de tratados de cooperação internacional e as diferenças dos sistemas jurídicos entre os países, dificultam o bloqueio dos bens rastreados no exterior, permitindo que eles sejam retirados de onde se encontram pelos criminosos, e reclamou da falta de uma

lei de cooperação nesse sentido. Na mesma linha, Roberto Biasoli, do Ministério da Justiça, afirmou, que, dos R\$ 35 milhões de ativos (dinheiro, propriedades, ações) que resultaram de crimes, ainda há R\$ 700 milhões bloqueados em outros países, ressaltando a falta de efetividade na Justiça criminal brasileira, provocada por problemas como o excesso de recursos judiciais, dificulta o retorno desses bens ao país, e também defendendo mudanças na legislação.

O delegado Cairo Costa Duarte, argumentou que, como o mercado financeiro internacional é muito rápido e muito ágil e não existem barreiras para entrada e saída de dinheiro no país, a Polícia Federal precisa de meios para atuar também de forma ágil, para poder conseguir captar esses valores, esses bens no exterior e também aqui no Brasil. Por isso, defendeu uma nova legislação que dê maior autonomia para a Polícia Federal atuar de forma mais direta no combate a esses crimes. Complementando a fala de seu colega, a

delegada Tânia Fogaça explicou que a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional da Polícia Federal, sob sua chefia, é o órgão responsável por dar suporte as polícias em matéria penal, orientando suas ações, analisando e traduzindo os pedidos de cooperação jurídica, com base nos tratados internacionais. Tânia Fogaça ressaltou, entretanto, que os pedidos formais não são o único canal para tratar desse assunto, ressaltando a importância dos adidos policiais federais no exterior que, embora não possuam poder de polícia, têm aproximação com as autoridades locais e podem prestar informações importantes sobre a legislação do país estrangeiro.

Ao final da audiência, o deputado Renato Simões ressaltou que, conforme já anunciado pelo Presidente da Comissão, deputado Hugo Motta, iria requerer a criação de uma subcomissão, no âmbito da CFFC, para apresentar um conjunto de projetos que altere a legislação atual para facilitar a recuperação desses ativos no exterior.



Foto: Gabriela Korossy – Banco de imagens da Câmara dos Deputados

Empréstimos do BNDES à Odebrecht, Porto de Mariel, em Cuba e Grupo JBS-Friboi

Audiência pública realizada em 27/5/2014



Foto: Lucio Bernardo Jr. – Banco de imagens da Câmara dos Deputados

Destinada a esclarecimentos sobre a concessão de empréstimo à Construtora Odebrecht, para a realização das obras do Porto de Mariel, em Cuba, e também financiamento do Grupo JBS-Friboi, Fundo Amazônico, Plano de Investimentos do BNDES e a MP 633/2013.

Requerimento nº 589/2014, do deputado Carlos Brandão, subscrito pelos Deputados Vanderlei Macris, Márcio Junqueira, Fernando Francischini e Pepe Vargas, aprovado em 26/3/2014.

Participante convidado: Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

Resumo:

O Presidente do BNDES defendeu a atividade do banco como financiador da atuação de empresas brasileiras no exterior, que seria algo vital para o comércio externo do Brasil, e argumentou que todos os países têm agências de crédito que estimulam a chamada exportação de serviços, citan-

do China, EUA, Alemanha, França e Reino e Unido entre os que investem mais que o Brasil por meio dessas agências. Luciano Coutinho explicou também que o banco não empresta dinheiro a governos estrangeiros, sua relação é com a empresa nacional, que presta serviço no exterior, mas gera empregos no Brasil. Disse ainda que os financiamentos realizados no exterior representam menos de 3% dos empréstimos feitos pelo banco em 2013.

Durante os debates, o deputado Carlos Brandão destacou que empreendedores brasileiros não conseguem ter acesso aos recursos do BNDES, enquanto obras fora do país obtêm esses investimentos. O deputado Vanderlei Macris afirmou que o BNDES tem sido usado para mascarar as contas públicas, por meio de ações que seriam pouco ortodoxas, como antecipação de dividendos, e questionou se houve empréstimo a fundo perdido no caso do Porto de Mariel e qual a participação do BNDES na

Petrobras. O deputado Vanderlei Siraque defendeu a política de financiamento do BNDES, argumentando que agora se financia a atuação de empresas brasileiras no exterior e não mais a compra de empresas nacionais por multinacionais estrangeiras, como ocorria no passado.

Respondendo aos questionamentos dos parlamentares, o convidado afirmou que o financiamento do Porto de Mariel não foi a fundo perdido. Esclareceu também que o BNDES é dono de nove por cento das ações da Petrobras e tem recebido os pagamentos em dia pelos empréstimos realizados à estatal, como no caso da refinaria Abreu e Lima, negando que tenha havido equívoco do banco na avaliação de riscos do empréstimo. Coutinho defendeu, ainda, o critério de empréstimos usado pelo BNDES, explicando que eles são lucrativos para a instituição e têm baixíssimas taxas de inadimplência.

Concessão de Rodovias Federais

Audiência pública, em forma de mesa-redonda, realizada em 3/6/2014:



Foto: Zeca Ribeiro – Banco de imagens da Câmara dos Deputados

Destinada a debater e ouvir as empresas concessionárias de rodovias federais, bem como demais órgãos públicos participantes direta ou indiretamente destas concessões e demais setores organizados da sociedade, a fim de subsidiar a elaboração do relatório final da Proposta de Fiscalização e Controle – PFC nº 23/2011.

Requerimento nº 636/14, do deputado Fernando Francischini, aprovado em 7/5/2014.

Participantes convidados: Dino Antunes Dias Batista, Diretor do Departamento de Concessões da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, do Ministério dos Transportes; Viviane Esse, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária, da ANTT; e Davi Ferreira Gomes Barreto - Auditor de Controle Externo, do TCU.

Resumo:

O Sr. Dino Antunes destacou que o novo Programa de Concessões de Rodovias Federais é um sucesso e tem mostrado a im-

portância que o Ministério dos Transportes, juntamente com a ANTT, dá às concessões rodoviárias e também às ferroviárias, colocando-as em um novo patamar de resposta à sociedade.

A Sra. Viviane defendeu como benéfico o sistema de concessões e esclareceu que os contratos de concessão, que se iniciaram na década de 90, estão hoje em sua terceira etapa, cujo modelo tem como obrigação duplicar 100% das rodovias em cinco anos. A representante da ANTT explicou ainda que conceder é diferente de privatizar, pois se mantém o bem público, apenas transfere a obrigação de cuidar, e destacou que o papel da ANTT é fiscalizar a execução dos 20 contratos de concessão vigentes, totalizando quase 10 mil quilômetros de rodovias federais concedidas, as quais são extremamente importantes para a integração nacional, o escoamento da produção e o desenvolvimento do país, dos estados e dos municípios.

O Sr. Davi Ferreira informou que o Tribunal fez três auditorias recentes nas ro-

dovias concedidas à iniciativa privada, para verificar a conformidade, a regularidade da atuação da ANTT ao longo da execução de contratos de três rodovias de extrema importância para o país: a Rodovia Litoral Sul, a Rodovia Via Bahia e a Rodovia Régis Bittencourt. O Auditor do TCU acrescentou que foi feito um segundo trabalho junto à ANTT, com foco nas rodovias federais, foi uma auditoria operacional, ou seja, uma auditoria que buscava avaliar a gestão da ANTT, tentando identificar as eventuais causas de falhas sistêmicas na fiscalização dos contratos de concessão, cujos resultados já estão disponíveis ao público, em acórdão do TCU. O convidado destacou que esse trabalho teve intensa participação e contribuição da atual gestão da ANTT, para identificar o porquê dessas eventuais impropriedades na execução desses contratos e que a atual gestão da Agência tem tentado implementar os processos recomendados pelo TCU para poder realmente fazer com que as concessionárias cumpram suas obrigações.



Política Portuária Nacional

Audiência pública realizada em 10/6/2014



Foto: Viola Jr. – Banco de Imagens a Câmara dos Deputados

Requerimentos nº 654/14 e nº 655/14, do deputado Mendonça Filho, aprovados em 7/5/2014.

Destinada a esclarecimentos sobre os atrasos na realização de processos licitatórios para o arrendamento de portos no setor privado e sobre a política portuária nacional.

Participantes convidados: Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP; e Mario Povia, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq.

Resumo:

O Ministro-Chefe da Secretaria de Portos negou que o setor de portos esteja paralisado e informou que o governo deve liberar, até o final do ano, a construção de 42 portos privados no país, para gerar R\$ 5,2 bilhões em investimentos. Antonio Henrique Silveira afirmou que os 42 novos portos, somados aos 22 licitados em

dezembro de 2013, vão gerar uma capacidade logística de movimentação de carga igual à do porto de Santos, o maior do país. Disse também que as licitações para arrendamento de terminais dentro de portos públicos do Pará e de Santos não saíram ainda por falta de análise do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), que paralisou o processo desde o ano passado devido a questionamentos do Ministério Público sobre preferência da Secretaria de Portos à Estruturadora Brasileira de Projetos. Esclareceu que a Secretaria enviou as justificativas solicitadas pelo Tribunal em janeiro e as áreas técnicas do TCU fizeram as manifestações em março, acrescentando que, assim que o tribunal decidir sobre a questão, os editais poderão ser publicados em um mês.

O Diretor-Geral da Antaq destacou o engajamento da Agência no processo envolvendo o novo marco regulatório do setor portuário brasileiro, enaltecendo a importância desse setor para o escoamento de

cargas, já que responde por 98%, em toneladas, e 84%, em valor, de tudo o que o Brasil exporta. Mario Povia informou ainda que o minério de ferro representa um terço desse total e que combustível e outros derivados de petróleo, bem como contêineres com carga geral, especialmente grãos, também têm participação importante no total das cargas escoadas pelos portos nacionais.

Durante os debates, o deputado Mendonça Filho, autor do requerimento de audiência, questionou os convidados sobre o tema e considerou desastroso o novo marco regulatório dos Portos, argumentando que a nova legislação centralizou as decisões em Brasília e paralisou os investimentos no setor portuário. Disse também que a Lei dos Portos (Lei 12.815/13) favorece os terminais privados, que, segundo ele, não participam de licitação, não pagam outorga, usam mão de obra celetista e, ainda, utilizam a infraestrutura dos portos públicos, como canais, sem pagar nada por isso.



Qualidade dos Sistemas de Telefonia Fixa e Móvel

Audiência pública realizada em 19/11/2014

Requerimento nº 731/14, do deputado Edinho Bez e Wellington Roberto, aprovado em 11/11/2014.

Destinada a debater a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país e esclarecer sobre a atualização das tecnologias dos sistemas, tendo como convidados representantes das operadoras de telefonia, da Anatel, do Ministério das Comunicações e do TCU.

Participantes convidados: Marcelo Barros da Cunha, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do TCU; Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Telecomunicações; Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Anatel; Marcos Mesquita, Diretor de Relações Institucionais da Oi Brasil Telecom; Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da Tim Celular; Sr. Ernesto Montagne, Diretor de Negócios com Operadoras e Interconexão da Nextel Telecomunicações; e Eduardo Levy Moreira, Presidente-Executivo do SindiTelebrasil, representando as operadoras Vivo Telefonica, GVT, Claro, Americel e Net Serviços.

Resumo:

O deputado Edinho Bez, autor do requerimento de audiência, reconheceu os avanços nos sistemas de telefonia desde as últimas reuniões ocorridas na CFFC no ano passado, bem como as dificuldades que o setor de telefonia celular ainda enfrenta, principalmente em relação aos entraves burocráticos para instalação de novas antenas.

O Sr. Eduardo Levy informou que há catorze indicadores de voz e dados medidos mensalmente pelas empresas e fiscalizados

pela Anatel; que desde 2012 há um plano de melhoria do celular estabelecido pela Anatel, que vem sendo cumprido pelas empresas; e que uma solução definitiva para os problemas de telefonia celular, com prazos e capacidade para que o setor faça planejamento, virá com a aprovação da Lei Geral das Antenas (Projeto de Lei 5013/13). Afirmou também que, apesar de a cobertura crescer, o desafio para as empresas é a mudança da utilização do serviço, com o aumento de uso do celular para envio de fotos e vídeos, que exigem o crescimento da rede para garantir a qualidade desses serviços. O convidado ainda apresentou relatórios da Anatel que colocam o preço brasileiro como um dos menores do mundo.

O Sr. Maximiliano Martinhão destacou o sucesso do Plano Nacional de Banda Larga, lançado pelo Ministério das Comunicações e apontou o crescimento da banda larga móvel no Norte e Nordeste, em mais de 1.000% entre 2010 e 2014, como fruto do empenho do Minis-

tério em democratizar o acesso aos serviços de banda a larga.

O Sr. Marcelo Barros da Cunha disse que várias recomendações de fiscalizações do TCU deram resultado e que tanto a regulação da Anatel quanto a qualidade da telefonia estão continuamente sendo avaliados. Considerou que surtiu efeito a decisão da Anatel de suspender a venda de determinados serviços até que a falha de qualidade seja resolvida.

O Sr. Roberto Pinto Martins, informou que o serviço de 2G já está disponível em quase todos os municípios brasileiros; que a universalização do serviço de 3G deve ocorrer em 2016, para os municípios até 100 mil habitantes; e que a tecnologia 4G está disponível nas cidades com mais de 500 mil habitantes e deve estar nas de 200 mil habitantes até o final de 2015. Informou também que a meta de cobertura para a área rural é garantir sinal numa distância de até 30 km das sedes dos municípios até o final de 2015.



Foto: Zeca Ribeiro - Banco de Imagens da Câmara dos Deputados



Cumprimento dos Objetivos e Metas das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

Audiência pública realizada em 9/12/2014 – conjunta com a CDEIC, CFT, CMO, CAE-SF e CMA-SF

Destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do segundo semestre do exercício de 2013 e do primeiro semestre do exercício de 2014.

Requerimento nº 709/2014, dos deputados Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy, aprovado em 12/11/2014; e em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Participante convidado: Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.



Foto: Agência Câmara

Resumo:

O Presidente do Bacen disse que o órgão trabalha para fazer com que a inflação seja reduzida a ponto de chegar ao centro da meta estabelecida pelo governo, de 4,5% do PIB, até o final de 2016. Alexandre Tombini afirmou que, apesar do esforço do Bacen ter como foco a trajetória da inflação nos próximos dois anos, deve-se considerar que os ganhos decorrentes da esperada convergência da inflação para a trajetória de metas sejam estendidos por vários anos, “podendo, inclusive, ter caráter de permanência”. O Presidente do Bacen alertou,

entretanto, que a alta dos preços deve ser ainda maior do que os atuais níveis nos próximos meses, diante da intensificação dos ajustes nos preços relativos, com o avanço do dólar sobre o real, e o realinhamento dos preços administrados, como energia e combustível, em relação aos livres, definidos pelo Mercado, piorando os riscos da inflação no curto prazo.

O deputado Mendonça Filho, Líder do DEM e membro da CFFC, criticou o au-

mento de juros, enfatizando que a Presidente se elegeu com a tese de que a taxa de juros deveria cair, mas, ao contrário, subiu após a eleição, e questionou se o Bacen teria sucumbido à pressão da Presidente para tirar aumento de juros da disputa presidencial. Alexandre Tombini respondeu que as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) são marcadas com um ano de antecedência e não houve mudanças por questões eleitorais.



Compra de Aviões de Caça da Suécia

Audiência pública realizada em 09/12/14 – conjunta com a Comissão de Relações exteriores e de Defesa Nacional – CREDN



Foto: Antonio Araújo – Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Destinada a esclarecer aspectos relacionados à assinatura do contrato para o desenvolvimento e a produção de 36 caças Gripen GNG, fabricados pela companhia sueca SAAB; e esclarecer as condições em que se processou a compra dos mísseis “Harpoon”, dos Estados Unidos.

Requerimentos nº 726/14-CFFC, do deputado Vanderlei Macris, aprovado em 12/11/2014; nº 439/14-CREDN, dos deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Emanuel Fernandes; nº 458/14-CREDN, do deputado Rubens Bueno; e 460/14-CREDN, dos deputados Duarte Nogueira e Eduardo Barbosa.

Participantes convidados: Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Junitti Saito, Comandante da Força Aérea Brasileira; e Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Afonso, Presidente da Comissão Coordena-

dora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

Resumo:

O Ministro da Defesa defendeu a aquisição pelo Brasil de 36 aviões de caça Gripen, de fabricação sueca, pelo preço acima do que constava na proposta inicial, argumentando que os valores foram atualizados porque as propostas eram antigas e a própria Força Aérea Brasileira (FAB) requisitou adaptações no projeto. Segundo Celso Amorim, “os valores da proposta eram de 2009, e o contrato só foi assinado em 2014”.

O Ministro afirmou que o Brasil deve receber o primeiro avião em 2019 e que, até 2025, terá seu esquadrão completo. Destacou também a importância da parceria para o desenvolvimento da indústria nacional, esclarecendo que, do total de

36 caças, 13 serão construídos na Suécia com supervisão de engenheiros brasileiros; oito aviões serão construídos por brasileiros com supervisão sueca; e os restantes 15 caças serão construídos no Brasil. Celso Amorim informou ainda que mais de 100 engenheiros brasileiros participam do projeto e garantiu que não haverá “caixa-preta” em relação ao projeto com o Brasil e à transferência tecnológica.

Autor do requerimento da audiência na CFFC, o deputado Vanderlei Macris questionou se este seria o momento adequado para fazer uma compra desse porte, diante das dificuldades econômicas por que passa o país, e considerou que o aumento dos custos na aquisição dos caças ficou sem uma explicação adequada, apesar da tentativa de explicação, por parte do governo, de que isso se deveu às alterações no projeto.





VISITAS TÉCNICAS

Visita à cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima

Requerimento nº 597/2014, de autoria do deputado Édio Lopes.



Atendendo requerimento do deputado Édio Lopes (PMDB-RR), a CFFC realizou, no dia 14 de abril de 2014, visita técnica, seguida de Mesa-Redonda, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, com o objetivo de buscar esclarecimentos junto aos representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Trans-

portes - DNIT, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Ministério Público Federal - MPF e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU, sobre a faixa de domínio em rodovias, especialmente a BR- 174 em Roraima.

Participou também da visita o deputado Márcio Junqueira (PROS-RR).





Visita à Secretaria do Tesouro Nacional

Requerimento nº 609/2014, de autoria do deputado Fernando Francischini.



Atendendo requerimento do deputado Fernando Francischini (SD-PR), a CFFC realizou, no dia 9 de abril de 2014, visita técnica à Secretaria do Tesouro Nacional para debater a situação dos repasses para o Estado do Paraná.

Compareceram à visita técnica os deputados João Arruda (PMDB-PR), Fernando Francischini (SD-PR), Rubens Bueno (PPS-PR) e os deputados estaduais Luiz Romanelli e Tadeu Veneri.





Frigoríficos de Peixe em Cornélio Procópio e Pinhalão, no Estado do Paraná

Requerimentos n.ºs. 592/2014 e 626/2014, ambos de autoria do deputado João Arruda.



Atendendo requerimentos do deputado João Arruda (PMDB-PR), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), realizou uma visita técnica, seguida de Mesa-Redonda aos municípios de Pinhalão e Cornélio Procópio, no estado do Paraná, para fiscalizar a aplicação de recursos e o andamento da construção e instalação de unidades de beneficiamento e abate-douros de peixe nos dois municípios.

Formada por deputados, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e representantes do Ministério da Pesca a Comissão esteve no dia 15/05/2014, em Pinhalão e no dia 16/05/2014 em Cornélio Procópio. Como resultado da inspeção, pretende solicitar ao Ministério da Pesca o

edital de licitação para a construção do Complexo do Peixe que está sendo construído nas duas cidades, além de outros documentos que não constam nos sistemas de informação do TCU e do governo federal.

Desde o início os projetos em ambos os municípios são cercados de desconfiança por setores do governo federal. Pinhalão está a apenas 100 quilômetros de outro frigorífico do gênero instalado recentemente em Cornélio Procópio. Além disso, não só Pinhalão, mas várias outras cidades que estariam envolvidas no projeto contam com um mínimo possível de lâmina d'água capaz de produzir e atender a demanda por peixes para o frigorífico.





Visita à Refinaria da Petrobrás em Bacabeira, no Estado do Maranhão

Requerimento nº 618/2014, de autoria do deputado Simplício Araújo.



Atendendo requerimento do deputado Simplício Araújo (SD-MA), a CFFC realizou, no dia 22/05/2014, visita técnica e Mesa-Redonda na Refinaria da Petrobrás em Bacabeira, Estado do Maranhão. Segundo Simplício Araújo o que se constatou foi o desperdício de recursos públicos, já que a Refinaria Premium I, em construção ainda é um enorme campo aberto sem qualquer estrutura que possa lembrar que ali deveria estar sendo construída uma refinaria. Com capacidade de produzir 600 mil barris/dia, a refinaria empregaria 80 mil pessoas no ápice das obras e deveria estar em pleno funcionamento em 2016. Quatro anos depois, o que se vê

é a paralisação da obra.

O deputado Simplício afirmou ainda que, durante a visita, houve mobilização de técnicos. Para ele, por mais que os técnicos busquem explicar e tirar dúvidas, fica complicado entender como que um empreendimento como esse tem possibilidade de continuar seguindo. “Infelizmente essa obra não tem viabilidade técnica alguma. Foi feita sem planejamento, o que resultou nesse lamentável episódio”, afirmou.

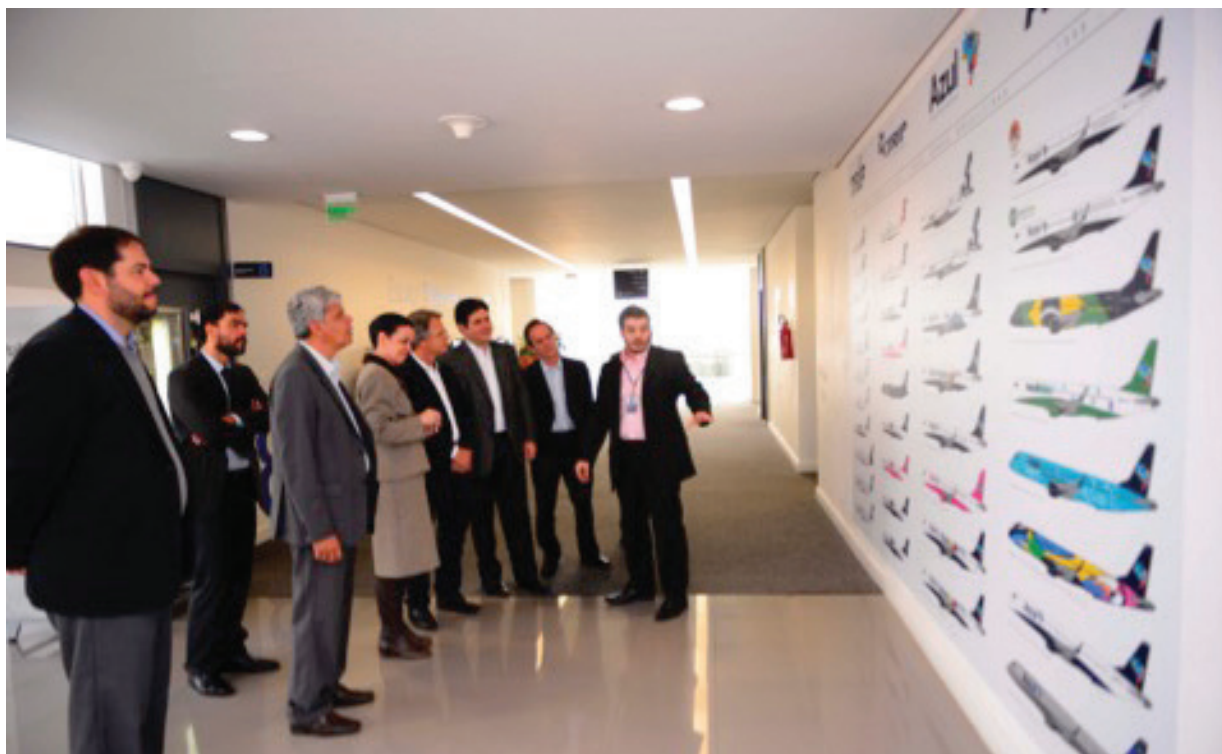
Presente em Bacabeira, o diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, afirmou que a refinaria estaria pronta em 2018.





Visita técnica aos Centros de Operação e Controle das Empresas Aéreas AVIANCA, AZUL, GOL e TAM

Requerimento nº 583/2014, de autoria do deputado Hugo Motta.



Atendendo requerimento do deputado Hugo Motta (PMDB-PB), a CFFC realizou, nos dias 05 e 06 de junho de 2014, Visita Técnica aos Centros de Operação e Controle das Empresas Aéreas AVIANCA, AZUL, GOL e TAM com o objetivo de identificar as razões dos altos preços das tarifas, especialmente durante a Copa do Mundo.

O presidente da CFFC, deputado Hugo

Motta (PMDB-PB), acompanhado do deputado Vanderlei Macris, afirmou que a principal queixa das companhias é o custo do combustível e o ICMS, que aumentam o valor das passagens. Os estados que dão isenção do ICMS às empresas podem aumentar o número de voos e incrementar o turismo. Os parlamentares se comprometeram a atuar para reduzir o valor do produto, o que poderá diminuir em até 20% do valor.





PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA



O Prêmio Transparência e Fiscalização Pública é outorgado, todos os anos, em duas categorias: Governamental – à melhor experiência de transparência e de fiscalização realizada na esfera governamental; e Sociedade Civil – à melhor experiência de fiscalização da administração pública realizada por pessoa, entidade ou conjunto de entidades da sociedade civil.

A edição 2014 do Prêmio teve como patronos o ex-governador do Estado da Paraíba, Pedro Gondim, na categoria Sociedade Civil, indicado pelo deputado Hugo Motta e na categoria Governamental, indicado pelo deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), o Ex-Presidente da República, Itamar Franco.

Nessa edição, o Prêmio agradeceu na categoria Sociedade Civil, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, indicada pelo então Líder do PRB, deputado George Hilton; e na categoria Governamental, o Tribunal de Contas do Estado

da Paraíba - TCE- PB, indicado ao prêmio pelo Presidente da CFFC, deputado Hugo Motta (PMDB-PB).

O deputado Hugo Motta justificou sua escolha ressaltando “a iniciativa do Tribunal em interiorizar as suas ações, contribuindo com o atendimento das demandas legítimas que a sociedade tem apresentado, fomentando a interação com a sociedade paraibana e priorizando acima de tudo a transparência e a fiscalização”. Enfatizou o trabalho do órgão em garantir a transparência e a fiscalização pública, bem como o incentivo ao cidadão paraibano ao exercício do controle social, através do programa “Diálogo Público-PB – o TCE e o Controle Social”.

A entrega dos prêmios aos homenageados aconteceu em Sessão Solene da Câmara dos Deputados, realizada dia nove de dezembro, no Plenário Ulysses Guimarães.





V SEMINÁRIO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS

Fundo de Participação dos Municípios e a repartição das receitas tributárias

Requerimento nº 690/2014, de autoria do Deputado Hugo Motta.



Mesa de Abertura:

Deputado Hugo Motta (PMDB-PB) – Presidente da CFFC

Ministro Augusto Nardes - Presidente do TCU

Deputado João Maia (PR-RN) -

Luiz Inácio Lucena Adams - Advogado-Geral da União

Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios

Destinado a debater o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a situação dos municípios brasileiros em face da repartição das receitas tributárias.





A Comissão De Fiscalização Financeira e Controle realizou, no dia 2 de dezembro de 2014, o V Seminário Nacional de Fiscalização Pública e Controle, focando a situação dos municípios em face da repartição das receitas tributárias.

Os presentes destacaram a importância do Município, para onde refluem as demandas cotidianas de cada cidadão, chamando a atenção para a necessidade de revisão dos critérios de distribuição do FPM, levando em conta principalmente as peculiaridades dos pequenos Municípios, os que mais dependem desses recursos.

O Seminário foi dividido em painéis com os seguintes subtemas:

1º - Painel: “FPM: Distribuição, importância para as finanças públicas e propostas legislativas em tramitação”.

Presidente da Mesa: **DEPUTADO HUGO MOTTA**

Expositores convidados:

•**PAULO ZIULKOSKI** - Presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM

•**RODRIGO OCTÁVIO ORAIR** – Mestre em Teoria Econômica pela Unicamp e Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

•**SÉRGIO GOBETTI** - Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília e Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

2º Painel: “Atribuições do TCU no cálculo do FPM”.

Presidente da Mesa: **DEPUTADO EDSON SANTOS**

Expositor convidado:

•**CHARLES MATHUSALEM SOARES EVANGELISTA** - Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU.

3º Painel: “Secretaria do Tesouro Nacional: atribuições inerentes aos recursos do FPM”

Presidente da Mesa: **DEPUTADO EDINHO BEZ**

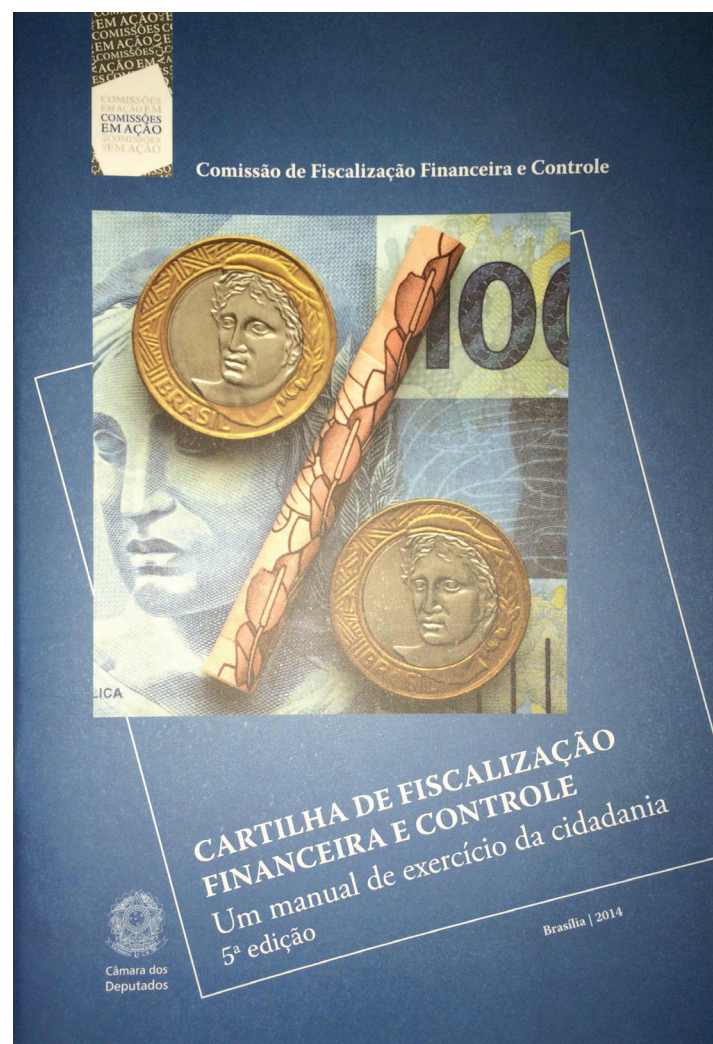
Expositor Convidado:

•**HÉRICK MARQUES CAMINHA JÚNIOR** – Chefe do Núcleo de Estudos e Apoio às Transferências Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle

No mês de setembro de 2014, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle editou e disponibilizou a 5ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle – Um manual de exercício da cidadania.

A Cartilha destina-se a esclarecer, de forma sucinta, os componentes do processo fiscalizatório, os órgãos responsáveis pela fiscalização e as formas de participação da sociedade, contribuindo para orientar e auxiliar indivíduos e entidades interessadas em exercer o importante papel fiscalizatório em nossa sociedade.



III

TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle tem competência para apreciar Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), Representações (REP), Requerimentos (REQ) e Sugestões de Emendas às Leis Orçamentárias.

Nesta 4ª Sessão Legislativa, a Comissão deliberou sobre 14 Relatórios de Propostas de Fiscalização e Controle, 4 Relatórios de Representações, 92 Requerimentos, 10 Sugestões de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 e 4 Sugestões de Emendas ao Orçamento da União de 2015.

É importante ressaltar que grande parte das matérias apreciadas pelo colegiado da Comissão reside na apreciação de requerimentos. Observa-se que esse tipo de proposição é bastante utilizado devido a sua eficácia na agilidade de pautar na Comissão discussões de temas relevantes e atuais para o país. Tais proposições viabilizam o trabalho de fiscalização exercido por essa Comissão.

Também são apreciados relatórios prévios e finais de Proposta de Fiscalização e Controle - PFC, instrumentos utilizados para implementações e conclusões de fiscalização. Na implementação de fiscalização por PFC é necessário aprovação de relatório prévio com a definição de plano de execução e a metodologia de avaliação. Os resultados da fiscalização são consubstanciados em relatório final da PFC a ser submetido à apreciação da Comissão, do qual poderá constar encaminhamento ao Ministério Público e a outros órgãos para providências.

Período	Proposta de Fiscalização e Controle				Representação			Requerimento		
	Implementação	Não Implementação	Relatório Final pelo encerramento e arquivamento	Total Relatórios apreciados	Parecer	Relatório Final pelo encerramento e arquivamento	Total Relatórios Apreciados	Aprovados	Rejeitados	Total requerimentos apreciados
MARÇO	1	1	0	2	0	0	0	23	0	23
ABRIL	0	0	0	0	1	0	1	17	0	17
MAIO	1	0	4	5	1	0	1	24	19	43
JUNHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JULHO	1	0	0	1	0	0	0	4	0	4
AGOSTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NOVEMBRO	4	2	-	6	2	-	2	5	-	5
DEZEMBRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7	3	4	14	4	0	4	73	19	92

Sugestão de Emenda ao PLDO 2014 (PL 2/2013-CN)

Tipo	Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas	Total
Texto	10	0	0	10

Sugestão de Emenda ao PLOA 2014 (PL 9/2013-CN)

Tipo	Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas	Total
Apropriação – Inclusão/Acréscimo	4	0	0	4
Remanejamento	0	0	0	0
Texto	0	0	0	0
TOTAL	4	0	0	4

Tipos de Requerimento Aprovados	Total
Requerimentos de Audiência Pública / Convocação de Ministro de Estado	32
Requerimento de Informação	21
Requerimento de Visita Técnica, Mesa Redonda, Seminário e Outros	15
Requerimento de Extinção/Instalação/Reinstalação de Subcomissões	05
Total	73



PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

A Proposta de Fiscalização e Controle é o instrumento pelo qual as Comissões realizam a fiscalização e o controle. Estão sujeitos à fiscalização e controle do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões, conforme dispõe o art. 60 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), os seguintes atos ou fatos, in verbis: I – passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referida no art. 70 da CF;

II – os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado;

III – os atos do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador Geral da República e do Advogado Geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade; [...]

No tocante ao campo temático e áreas de atividade da Comissão, o Regimento Interno, no art. 32, inciso XI, tipifica a competência da Comissão. A PFC poderá ser apresentada à Comissão por qualquer deputado, contendo a indicação do ato a ser fiscalizado e a fundamentação da providência objetivada, conforme dispõe o art. 61 do RICD.

Posteriormente, a Secretaria da Comissão encaminha à Secretaria Geral da Mesa a proposição para numeração. A Proposta de Fiscalização e Controle é distribuída às Comissões nos termos do despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Quando a proposta retorna à Comissão, seu Presidente designa um membro para relatá-la. À luz das normas regimentais, a proposta deverá ser relatada previamente quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, com a definição do plano de execução da fiscalização e a metodologia de avaliação.

Aprovado o relatório prévio pela implementação da fiscalização, o mesmo relator ficará encarregado de sua execução e da apresentação do relatório final. Após aprovação do relatório final, o encaminhamento das medidas constantes do relatório será realizado observando-se, no que couber, o que dispõe o art. 37 do RICD.

REPRESENTAÇÕES

Conforme prevê o art. 253 do RICD, qualquer pessoa física ou jurídica pode apresentar petições, representações ou reclamações contra ato ou omissão das autoridades públicas ou imputadas a membros da Casa, que serão recebidos pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa.

As denúncias devem tratar de assuntos que envolvam matéria de competência da Câmara dos Deputados e ser encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas, ou por telefone, com identificação do autor.

Ao ser recebida denúncia na Comissão, inicialmente são verificados se os requisitos foram preenchidos. Vencida essa etapa, o Presidente da Comissão encaminha a denúncia ao Presidente da Câmara dos Deputados para ser numerada como Representação e distribuída à Comissão, nos termos de despacho exarado pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Retornando a Representação à Comissão, seu Presidente designa um membro para relatar a matéria. O Relator deverá apresentar parecer, o qual será apreciado pelo Colegiado da Comissão.

REQUERIMENTOS

Os requerimentos apresentados pelos Deputados dispõem sobre realização de audiências públicas, convocação para comparecimento de Ministros de Estado, solicitação de informações a Ministro de Estado, visitas técnicas e diligências, bem como sobre solicitação de informações a outros órgãos, e pedido ao Tribunal de Contas da União de informações e realização de inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.



•Requerimentos de Audiência Pública

Os requerimentos de audiência são convites a autoridades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e da Sociedade Civil, ou a qualquer pessoa física ou jurídica que possa colaborar com a elucidação de fatos previamente determinados relacionados com o controle externo exercido pela Comissão. Nesses casos não há obrigatoriedade de comparecimento do convidado.

•Requerimentos de Convocação de Ministro de Estado

Os requerimentos de convocação de Ministro de Estado propõem o comparecimento desta autoridade para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Nesse caso, o Ministro é obrigado a comparecer à Comissão em data e hora definidas pelo Presidente da Comissão, incorrendo em crime de responsabilidade sua ausência sem justificativa adequada, aceita pelo Colegiado da Comissão.

•Requerimentos de Informação

Os requerimentos de informação, conforme dispõe o art. 116 do Regimento Interno, combinado com § 2º do art. 50 da Constituição Federal, somente poderão tratar de ato ou fato na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta sob sua supervisão.

A norma Constitucional dispõe, ainda, que, com relação a Requerimento de Informações a Ministro de Estado, importa em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento das informações no prazo de trintas dias, bem como a prestação de informações falsas.

•Requerimentos de Auditoria ao Tribunal de Contas da União

Requerimentos que solicitam ao Tribunal de Contas da União a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias, após serem aprovados pelo Colegiado da Comissão, são encaminhados àquela Corte de Contas para atendimento da solicitação.

Concluídos os trabalhos, o Tribunal de Contas envia os resultados à Comissão, que dá ciência aos seus membros e encaminha cópia ao autor da proposição para conhecimento.

SUGESTÕES DE EMENDA AOS PROJETOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Na esfera federal, o Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do Plano Plurianual (PPA), um plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do Presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes programas de duração continuada. Os investimentos cuja execução seja levada a efeito por períodos superiores a um exercício financeiro, só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA ou se nele incluídos por autorização legal. A inobservância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA. A LDO, conforme parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da LOA; disporá sobre as alterações na legislação tributária; e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.

A proposta da LOA compreende os três tipos distintos de orçamentos da União: a) Orçamento Fiscal; b) Orçamento de Seguridade Social; e c) Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Os projetos de lei relativos ao PPA, à LDO e à LOA são elaborados pelo Poder Executivo e submetidos à apreciação do Congresso Nacional. É lícito à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a apresentação de emendas a esses projetos de lei. Os parlamentares apresentam suas sugestões de emendas ao colegiado da Comissão. Aquelas aprovadas passam a tramitar como emendas da Comissão junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.





PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PFC 63/05, do deputado Eduardo Valverde, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize o município do Rio de Janeiro em relação à utilização dos recursos financeiros repassados pela União destinados ao pagamento de prestadores de saúde e gestão da rede municipal de hospitais”. (Apensada: PFC 65/2005)

Aprovado, em 7/5/2014, o relatório final do deputado Alexandre Santos, pelo encerramento e arquivamento desta e da PFC 65/2005, apensada.

PFC 75/05, do deputado José Carlos Aleluia, que “propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados sejam apurados os indícios de irregularidade na elevação substancial de gastos do Governo Federal com a terceirização de serviços públicos”.

Aprovado, em 28/5/2014, relatório final do deputado Vanderlei Siraque, pelo arquivamento.

PFC 4/07, da deputada Perpétua Almeida, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em parceria com a Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU realize auditoria especial para a apuração de denúncias de prejuízos, gestão temerária e lavagem de dinheiro envolvendo o sistema de loterias da Caixa Econômica Federal”.

Aprovado, em 28/5/2014, relatório final do deputado Fernando Francischini, pelo arquivamento.

PFC 74/09, do deputado Geraldo Resende, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e o Tribunal de Contas da União fiscalizem as instituições privadas de ensino superior aderentes ao Prouni”.

Aprovado, em 26/3/2014, relatório prévio do deputado Sibá Machado, pela não-implementação, ante a existência de providências já adotadas pelos órgãos competentes acerca dos indícios de irregularidades apontados.

PFC 29/11, do deputado Wladimir Costa, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio da Controladoria Geral da União (CGU) e assessorada pela auditoria do TCU, ouvida a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realize ato de fiscalização e controle para verificar in loco, todos os atos administrativos, procedimentos licitatórios e operacionais da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe), para apurar indícios de irregularidades nos contratos de gestão, referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011”.

Aprovado, em 28/5/2014, relatório final do deputado Fernando Francischini, pelo arquivamento.

PFC 33/11, dos deputados Rubens Bueno e Moreira Mendes, que “propõe que o Tribunal de Contas da União - TCU fiscalize as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em relação ao Grupo JBS”.

Aprovado, em 19/3/2014, relatório prévio do deputado Carlos Magno, pela implementação.

PFC 99/12, do deputado. Marçal Filho, que “propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle, com o auxílio da Controladoria Geral da União (CGU) e assessorada pela auditoria do TCU, realize ato de fis-



calização e controle para verificar in loco, se a Gestão Municipal de Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se cumprindo integralmente com sua competência administrativa traçada pela Política Nacional de Atenção Básica, em convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Oscip Amigo do Índio, durante o período que compreende os anos de 2011 e 2012”.

Aprovado, em 28/5/2014, relatório prévio do deputado Manuel Rosa Neca, pela implementação.

PFC 116/13, do Sr. Alexandre Santos, que “requer que a Comissão de Fiscalização e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle sobre a participação de recursos federais nas Parcerias Público-Privadas (PPP) de saneamento e abastecimento de água”.

Aprovado, em 12/11/2014, relatório prévio do deputado Mendonça Filho, pela implementação na forma descrita no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação desta PFC.

PFC 129/13, do deputado Glauber Braga, que “propõe à Comissão de Fiscalização e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União realize ato de fiscalização e controle no processo da autorização e do reajuste nas tarifas de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro em 11.04.2013 e na cidade de Nova Friburgo no dia 17.06.2013, promovidos respectivamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Ampla Energia e Serviços S.A”.

Aprovado, em 16/7/2014, relatório prévio do deputado Akira Otsubo, pela implementação.

PFC 131/13, do Sr. Rubens Bueno, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize uma fiscalização sobre a contratação, sem licitação, do Idecam pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa”.

Aprovado, em 12/11/2014, relatório prévio do deputado Irajá Abreu, pela aprovação.

PFC 147/13, do Sr. Carlos Brandão, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realize ato de acompanhamento sobre a atuação operacional da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – Seae, em face das atividades denominadas Marketing Multi Nível, quando se evidencie a prática de pirâmide financeira (Lei nº 1.521/1951), sonegação fiscal e lavagem de capitais (Lei n. 4.729/1965, 9.613/1998 c/c 12.683/2012)”.

Aprovado, em 12/11/2014, relatório prévio do deputado Fernando Francischini, pela implementação.

PFC 158/14, do Sr. Washington Reis, que “propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle efetue ato de fiscalização e controle sobre a legalidade das taxas cobradas pelas operadoras de crédito na utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil”.

Rejeitado, em 12/11/2014, relatório prévio do deputado Francisco Tenório, pela implementação.

Aprovado, em 12/11/2014, relatório prévio vencedor do deputado Edson Santos, pelo arquivamento da PFC.

PFC 163/14, do Sr. João Arruda, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União, da Receita Federal e da Polícia Federal, providencie a apuração do desvio de R\$ 10 bilhões e a transferência ilegal de dinheiro para



o exterior realizado por uma rede de lavagem de dinheiro”.

Rejeitado, em 12/11/2014, relatório prévio do deputado Fernando Francischini, pela implementação.

Aprovado, em 12/11/2014, relatório prévio vencedor do deputado Edson Santos, pelo arquivamento da PFC.

PFC 177/14, do Sr. Simplicio Araújo, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite auditoria no Estado do Maranhão à Controladoria Geral da União – CGU e ao Conselho Nacional de Justiça com o devido acompanhamento do Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalização de todos os repasses da União para a Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão e sua devida utilização, analisando contratos e demais fins destes recursos no período de 01/01/2008 a 07/05/2014”.

Aprovado, em 12/11/2014, relatório prévio do deputado Vanderlei Siraque, pela implementação.

REPRESENTAÇÕES

REP 33/08, do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil, que “apresenta denúncia contra o Programa Universidade para Todos - PROUNI e solicita ampla investigação dos fatos publicados em matéria do Jornal Correio Braziliense, na edição do dia 03 de agosto de 2008”.

Aprovado, em 12/11/2014, parecer do deputado Vanderlei Macris, pelo arquivamento.

REP 2/11, do Sr. Jamilton Moraes Damasceno, que “apresenta denúncia contra o Secretário de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro e o Governador do Estado do Rio de Janeiro pela omissão e descumprimento de ordem judicial na apresentação de informações acerca de contratos, licitações e terceirizações da Saúde, no Estado do Rio de Janeiro”.

Rejeitado, em 7/5/2014, parecer do deputado Zoinho, pelo encaminhamento ao Tribunal de Contas da União para apuração das irregularidades denunciadas.

Aprovado, em 7/5/2014, parecer do vencedor, do deputado Alexandre Santos, pelo arquivamento.

REP 3/11, do Sr. Jamilton Moraes Damasceno, que “apresenta denúncia contra Sérgio de Oliveira Cabral Filho, Régis Velasco Fichtner Pereira, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, Pedro Marco Cruz Machado, Maurício Passos, Francisco Carlos Peçanha Bragança, Eliana Ferreira Pires Tavares, Luciana Miranda Cunha, Marcos Alves, Bruno Jorge Vaz Sasson, César Romero Vianna Júnior, Victoire Automóveis S.A, Renault do Brasil S.A. e Toesa Service Ltda., por fraudes efetuadas contra a Fazenda Pública Federal, por meio do Ministério da Saúde, na contratação superfaturada de serviços de manutenção de veículos”.

Aprovado, em 9/4/2014, parecer do deputado Alexandre Santos, pelo arquivamento, dada a generalidade da denúncia e o fato de os indícios de irregularidades já estarem sendo investigados pelo Ministério Público e pelo TCE/RJ sendo que, em alguns casos, já foram constituídos processos no âmbito do Poder Judiciário, conforme relatado pelo próprio denunciante.

REP 8/11, dos vereadores Adelino Leal, Celso Zoppi, Divina Bertália e Marco Antônio Alves Jorge, que



“solicita adoção das medidas necessárias para uma verificação rigorosa dos fatos e apuração de eventuais responsabilidades, obtendo os documentos oficiais dos órgãos envolvidos, realizando vistoria in loco para verificação do estado da obra, sua qualidade e êxito de finalidade, verificação das medições realizadas e a equivalência com o andamento real da obra, auditoria nos valores recebidos do financiamento e efetivamente despendidos pela Prefeitura ou, em caso de discrepância, a possível utilização indevida dos recursos carimbados especificamente para a obra para outras finalidades pela Prefeitura de Americana”.

Aprovado, em 12/11/2014, parecer do deputado Sibá Machado, pelo arquivamento.

REQUERIMENTOS

REQ 576/14, do deputado Carlos Brandão, que “requer que seja convocado o Ministro das Cidades para prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras de mobilidade urbana, alteração da resolução do Contran 168/2004 e 358/2010 que dispõe sobre a implantação de simuladores em autoescola e a sistemática de empenhos do Orçamento Geral da União 2013 provenientes das emendas parlamentares”

Aprovado em 12/3/2014.

Audiência pública realizada em 10/04/2014.

REQ 577/14, do deputado Carlos Brandão, que “requer que seja convocada a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras do PAC”.

Aprovado em 26/3/2014, com alteração: transformado em convite à Ministra. Subscrito pelos deputados Vanderlei Macris, Márcio Junqueira e Sibá Machado.

Audiência pública não realizada.

REQ 578/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita seja convidada a Presidente da Petrobras S.A., Sra. Maria das Graças Silva Foster, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as denúncias envolvendo contratos firmados entre a estatal e a empresa SBM Offshore, bem como as providências adotadas no âmbito interno sobre as referidas denúncias”.

Aprovado em 12/3/2014.

Audiência pública realizada em 30/04/2014.

REQ 582/14, do deputado Mendonça Filho, que “solicita realização de audiência pública para debater a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do país”.

Aprovado em 12/3/2014, com alteração: substituição do Ministro de Minas e Energia pelo Secretário-Executivo do Ministério.

Audiência pública realizada em 19/03/2014.

REQ 583/14, do Sr. Hugo Motta, que “requer a realização de uma visita técnica de membros da Comissão de Fiscalização Financeira e o TCU, além de um consultor e um servidor da CFFC, aos Centros de Operação e Controle das empresas aéreas Gol, Tam, Avianca e Azul”.

Aprovado em 19/3/2014.

Visita técnica realizada no período de 05 a 06/06/2014.





REQ 584/14, do deputado Hugo Motta, que “requer a informações ao Ministério da Justiça e a Polícia Rodoviária Federal sobre a possibilidade de fechamento do Posto da PRF em Pombal –PB”.

Aprovado em 19/3/2014. Subscrito pelos deputados Simplício Araújo, José Guimarães, Vanderlei Macris e Fernando Francischini.

Informações recebidas em 12/05/2014 (Aviso nº 566-MJ, de 12/05/2014).

REQ 585/14, do deputado Mendonça Filho, que “solicita que seja convocado o Exmo. Sr. Arthur Chioro, Ministro da Saúde, a fim de prestar esclarecimentos quanto ao regime diferenciado de contratação dos médicos cubanos quando a parceria é efetivada com o Brasil”.

Aprovado em 12/3/2014, com alterações: transformado em convite ao Ministro e incluídos esclarecimentos sobre a transferência de recursos aos estados, sobre a política de saúde dos indígenas e sobre o uso de avião da FAB pelo Ministro durante o carnaval.

Audiência pública realizada em 19/03/2014.

REQ 586/14, do deputado Fernando Francischini, que “requer que sejam convocados os Exmos. Srs. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Gilberto Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, todos para expor acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades de ONG’s e eventuais providencias adotadas”.

Aprovado em 12/3/2014, com alterações: foram incluídos esclarecimentos sobre as relações do Governo Federal com o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST), a pedido do deputado Mendonça Filho.

Audiência pública realizada em 26/03/2014.

REQ 589/14, do deputado Carlos Brandão, que “solicita seja convidado o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. Luciano Coutinho, para prestar esclarecimentos sobre a concessão de empréstimo à construtora Odebrecht, para a realização das obras do Porto de Mariel, em Cuba”.

Aprovado em 26/3/2014, com alteração, incluídos os seguintes assuntos: financiamento do grupo JBS – Friboi, Fundo Amazônico, Plano de Investimentos do BNDES e a MP 633/2014. Subscrito pelos deputados Vanderlei Macris, Márcio Junqueira, Fernando Francischini e Pepe Vargas.

Audiência pública realizada em 27/05/2014.

REQ 592/14, do deputado João Arruda, que “requer a realização de uma visita técnica de membros da Comissão de Fiscalização Financeira, do Tribunal de Contas da União (TCU) e representantes do Ministério da Pesca, além de um consultor da Câmara e um servidor da CFFC, ao Município de Pinhalão no estado do Paraná, com o objetivo de verificar o andamento da Construção e Instalação de Unidade de Beneficiamento e Abatedouro de Peixe, a Construção de Fábrica de Farinha e de Fábrica de Ração, na Rodovia PR 272, KM 37, Parque Industrial na Cidade de Pinhalão – PR”.

Aprovado em 12/3/2014.

Visita técnica realizada em 15/05/2014.



REQ 593/14, do deputado Carlos Magno, que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, junto à Petrobras, no que tange a contratos firmados entre esta empresa e o grupo Schain S.A”.

Aprovado em 12/3/2014.

Informações recebidas em 15/05/2014 (Aviso nº 114/2014/GM-MME, de 13/05/2014).

REQ 596/14, do deputado Edio Lopes, que “solicita que seja realizada audiência pública com objetivo de obter esclarecimentos sobre o que trata a Proposta de Fiscalização e Controle nº 151, de 2013 [denúncias que envolvem a Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) e a Empresa Colossus Minerals Inc.]”.

Aprovado em 19/3/2014.

Audiência pública realizada em 29/04/2014.

REQ 597/14, do deputado Edio Lopes, que “solicita que seja realizada audiência pública com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a faixa de domínio em rodovias”.

Aprovado em 19/3/2014, com alteração: transformado em visita técnica com reunião no estado de Roraima.

Visita técnica e reunião realizadas em 14/04/2014.

REQ 598/14, do deputado Vanderlei Siraque, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater temas relacionados diretamente com a regulamentação de jogos de aposta em dinheiro no Brasil”.

Aprovado em 19/3/2014.

Audiência pública realizada em 23/04/2014, atendendo também o REQ 629/2014.

REQ 603/14, do deputado Hugo Motta, que “requer a extinção da Subcomissão Permanente de Defesa Civil que teve por principal objetivo desburocratizar liberação de recursos e a alteração da legislação vigente”.

Aprovado em 19/3/2014.

Subcomissão extinta em 19/03/2014.

REQ 604/14, do deputado Hugo Motta, que “requer no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a criação de Subcomissão Permanente, de Defesa Civil e Combate a Seca”.

Aprovado em 19/3/2014.

Subcomissão instalada em 02/04/2014.

REQ 608/14, do deputado Hugo Motta, que “requer seja convidado o Ministro da Integração, Francisco Teixeira, para, em reunião de audiência pública, esclarecer sobre o andamento das obras de Transposição do Rio São Francisco”.

Aprovado em 26/3/2014.

Audiência pública não realizada.

REQ 609/14, do deputado Fernando Francischini, que “requer que seja convidado o Ilmo. Sr. Arno Hugo



Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, para falar sobre a situação dos repasses para o estado do Paraná pela Secretaria do Tesouro Nacional”.

Aprovado em 26/3/2014, com alteração: transformado em visita técnica à Secretaria do Tesouro Nacional e audiência com o Secretário.

Visita técnica realizada em 09/04/2014.

REQ 610/14, do deputado João Arruda, que “requer informações ao Ministro de Minas e Energia e a Petrobrás acerca dos sócios Belgas da compra da refinaria de Pasadena, no estado do Texas – EUA”.

Aprovado em 26/3/2014.

Informações recebidas em 21/07/2014 (Aviso nº 201/GM-MME, de 16/07/2014).

REQ 611/14, dos deputados Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy, que “solicita seja convidado o Sr. Nestor Cerveró, Ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras, para prestar esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira”.

Aprovado em 26/3/2014. Subscrito pelos deputados Fernando Francischini, Carlos Brandão e Stephan Nercessian.

Audiência pública realizada em 16/04/2014, atendendo também ao REQ. 615/14.

REQ 612/14, do deputado Carlos Magno, que “propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que convide o Sr. Rafael Barbosa – Secretário de Saúde do Distrito Federal, para participar de audiência pública a fim de prestar esclarecimento sobre o assunto contidos no ofício conjunto nº 16/2011, expedido pela SEC/PROSUS/MPC – TCU, referente a gravíssima situação de tratamento de hemofilia no Distrito Federal”.

Aprovado em 26/3/2014, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Informações recebidas em 09/07/2014 (Of. nº 1989/2014-GAB/SES, de 08/07/2014).

REQ 613/14, do deputado Mendonça Filho, que “requer que sejam convocados o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, e o Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, a fim de prestarem esclarecimentos acerca de seu envolvimento na confecção de ata de reunião do Conselho de Administração da Petrobrás, que deliberou sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América”.

Aprovado em 26/3/2014, com alteração: transformado em convite exclusivo ao Ministro com inclusão dos temas “crise econômica” e “rebaixamento da classificação de risco do Brasil”. Subscrito pelos deputados Vanderlei Macris, José Guimaraes, Fernando Francischini, Sibá Machado, Márcio Junqueira e Alexandre Santos.

Audiência pública realizada em 14/05/2014.

REQ 615/14, do deputado Mendonça Filho, que “convida o Sr. Nestor Cerveró, Ex-Diretor Financeiro da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aquisição da refinaria de Pasadena – EUA”.

Aprovado em 26/3/2014. Subscrito pelos deputados Fernando Francischini, Carlos Brandão e Ste-



pan Nercessian.

Audiência pública realizada em 16/04/2014, atendendo também ao REQ 611/14.

REQ 616/14, do deputado Mendonça Filho, que “convida o Sr. Paulo Roberto Costa, Ex-Diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aquisição da refinaria de Pasadena – EUA, bem como sobre as obras da refinaria Abreu e Lima”.

Aprovado em 9/4/2014.

Audiência pública não realizada.

REQ 617/14, do deputado Carlos Brandão, que “requer seja realizada visita técnica, seguida de mesa-redonda no município de Magalhães de Almeida, no Estado do Maranhão, com a participação de um Diretor e um Técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de conhecer in loco o projeto Tabuleiro de São Bernardo para verificar o andamento das ações já realizadas, visando à consolidação do projeto”.

Aprovado em 9/4/2014, em conjunto com o REQ. 620/14, com alteração: incluída a participação de um Técnico do TCU e de um Técnico da Comissão.

Visita técnica não realizada.

REQ 618/14, do deputado Simplício Araújo, que “requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a constituição de Comissão Externa com vistas a realizar visita in loco nas instalações do canteiro de obras da Refinaria Premium I, em Bacabeira, no Maranhão que está com suas obras paralisadas”.

Aprovado em 9/4/2014, com alteração: incluída a participação de um Técnico do TCU e de um Técnico da Comissão.

Visita técnica realizada em 22/05/2014.

REQ 620/14, do deputado Simplício Araújo, que “requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a instalação de Comissão Externa para realizar visita in loco às obras de reparos e conservação do Projeto Flores, na Barragem do Rio Flores, em Joselândia (MA); e Tabuleiro do São Bernardo, localizado no município de Magalhães de Almeida (MA)”.

Aprovado em 9/4/2014, em conjunto com o REQ. 617/14.

Visita técnica não realizada.

REQ 623/14, do deputado Carlos Magno, que “propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que sejam solicitadas informações ao Sr. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia, junto a Petrobrás, no que tange a contratos firmados entre esta empresa e o grupo Schain S.A”.

Aprovado em 2/4/2014.

Informações recebidas em 21/07/2014 (Aviso nº 208//2014/GM-MME, de 16/07/2014).

REQ 624/14, do deputado Renato Simões, que “requer a realização de audiência pública com o Procurador da República Sr. Vladimir Barros Aras, a fim de conhecermos as dificuldades legislativas do governo brasileiro na recuperação dos ativos produtos de crimes encontrados no exterior”.





Aprovado em 2/4/2014.

Audiência pública realizada em 22/05/2014.

REQ 625/14, do deputado. João Arruda, que “requer nos termos regimentais a indicação de um servidor da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e de um representante do Tribunal de Contas da União – TCU, para acompanhar as audiências que serão realizadas pela Justiça Federal do Paraná, nos dias 14, 17 e 21 de abril de 2014, na cidade de Curitiba-PR, relativas a possíveis irregularidades em um instrumento particular de cessão de créditos tributários celebrado entre a Copel – Companhia Paranaense de Energia, e a empresa Olvepar Indústria e Comércio S.A”.

Aprovado em 2/4/2014. Subscrito pelo deputado Wellington Roberto.

Visita técnica não realizada.

REQ 626/14, do deputado João Arruda, que “requer a realização de uma visita técnica de membros da Comissão de Fiscalização Financeira, do Tribunal de Contas da União – TCU e representantes do Ministério da Pesca, além de um consultor da Câmara e um servidor da CFFC, ao Município de Cornélio Procopio no estado do Paraná, com o objetivo de verificar o andamento da Construção e Instalação de Unidade de Beneficiamento e Abatedouro de Peixe, dentre outras instalações”.

Aprovado em 2/4/2014. Subscrito pelo deputado Wellington Roberto.

Visita técnica realizada em 16/05/2014.

REQ 627/14, do deputado Edinho Bez, que “requer a criação de Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil”.

Aprovado em 2/4/2014. Subscrito pelo deputado Wellington Roberto.

Subcomissão instalada em 07/05/2014.

REQ Nº 628/14, do deputado Edinho Bez, que “convida o Banco Central, a Febraban, bancos privados, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, as administradoras de Cartão de Crédito e o TCU para debater e esclarecer a continuação das altas taxas de juros e tarifas cobrados por alguns bancos, notadamente no saldo da fatura do Cartão de Crédito, da qual é efetuado apenas o pagamento mínimo e também no crédito rotativo”.

Aprovado em 2/4/2014, com alteração: retirado o trecho “bancos privados, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil”. Subscrito pelo deputado Zequinha Marinho.

Audiência pública realizada em 20/05/2014.

REQ 629/14, do deputado Vanderlei Siraque, “requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja incluído no Requerimento nº 598/2014 que visa ‘debater temas relacionados diretamente com a regulamentação de jogos de aposta em dinheiro no Brasil’, aprovado no dia 19/03/2014, as seguintes autoridades: Magnho José e Daniel Homem de Carvalho”.

Aprovado em 2/4/2014

Audiência pública realizada em 23/4/2014, atendendo também ao REQ 598/2014.



REQ 634/14, do deputado Mendonça Filho, que “solicita que sejam convocados os Excelentíssimos Srs. Arthur Chioro, Ministro da Saúde, e Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União – CGU, a fim de prestarem esclarecimentos quanto a contrato de fornecimento de carro com motorista ao Ministério da Saúde”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: transformado em convite. Subscrito pelo deputado Fernando Francischini.

Audiência pública não realizada.

REQ 636/14, do deputado Fernando Francischini, que “requer seja realizada reunião de audiência pública já prevista no relatório prévio da PFC 23/2011, no sentido de debater e ouvir as empresas concessionárias de rodovias federais, bem como demais órgãos públicos participantes direta e indiretamente destas concessões e demais setores organizados da sociedade, com a finalidade de concluir o relatório final da aludida PFC de autoria do deputado Ademir Camilo”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: audiência transformada em mesa-redonda.

Audiência pública (mesa-redonda) realizada em 04/06/2014.

REQ 637/14, do deputado Mendonça Filho, que “requer seja convidado o Sr. José Sérgio Gabrielli, Ex-Presidente da Petrobras, a fim de prestar esclarecimentos sobre a compra da refinaria Pasadena, localizada nos Estados Unidos da América – EUA”.

Aprovado em 23/4/2014.

Audiência pública não realizada.

REQ 638/14, do deputado Renato Simões, “requer que seja convidado o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor Geral da Polícia Federal, para participar da audiência pública, sobre as dificuldades na recuperação de ativos financeiros depositados no exterior e originário de crimes praticados no Brasil”.

Aprovado em 23/4/2014.

Audiência pública realizada em 22/05/2014.

REQ 639/14, do deputado Vanderlei Macris, que “requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. José Sérgio Gabrielli, Ex-Presidente da Petrobras, para prestar informações acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira”

Aprovado em 23/4/2014.

Audiência pública não realizada.

REQ 640/14, do deputado Fernando Francischini, que “requer que seja convocado o Exmo. Sr. Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte, todos para expor acerca do pregão eletrônico nº 21/2013, que trata do programa Segundo Tempo”.

Aprovado em 23/4/2014, com alteração: transformado em convite para tratar, além do tema do requerimento, sobre a Copa do Mundo.

Audiência pública não realizada.





REQ 641/14, do deputado Hugo Motta, que “requer a realização de audiência pública para esclarecimentos sobre a reintegração dos Anistiados Ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU”.

Aprovado em 7/5/2014.

Audiência pública não realizada.

REQ 642/14, do deputado Edinho Bez, que “convida o Sr. Eduardo Klepacz, Gerente de Asset & Structuring Capital, junto aos Empreendimentos Santos Energia – Trairi/CE, e Brazil Wind – Guirapá I/BA, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de fatos sobre mau uso do dinheiro público – procedimentos não éticos de empresa empreendedora do Setor Eólico”.

Aprovado em 23/4/2014, com alteração: inclusão de outros convidados.

Audiência pública não realizada.

REQ 643/14, do deputado João Arruda, que “requer informações ao Tribunal de Contas da União acerca de todos os contratos e gastos realizados para a Copa do mundo de 2014, no estado do Paraná, envolvendo todas as vertentes que envolvem verbas federais, como a mobilidade urbana, construção de estádios, bem como cronograma de execução, desembolso e prazo de entrega, dentre outros”

Aprovado em 21/5/2014.

Informações recebidas em 17/09/2014 (Aviso nº 921-GP/TCU, de 17/09/2014).

REQ 644/14, do deputado Fernando Francischini, que “requer que seja convocado o Ministro da Secretaria da Aviação Civil, para prestar esclarecimento da problemática enfrentada nas obras dos aeroportos, o remanejamento dos voos para o período da copa e o cronograma atualizado das obras em andamento”.

Aprovado em 23/4/2014.

Audiência pública realizada em 21/05/2014.

REQ 645/14, do deputado Wellington Roberto, que “solicita do Sr. Ministro de Minas e Energia informações sobre as relações comerciais entre a Petrobras e as empresas Constran S/A Construções e Comércio e UTC Engenharia S/A”

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: incluindo “todos os contratos com o ministério de minas e energia”. Subscrito pelos deputados Fernando Francischini e Simplício Araújo.

Informações recebidas em 14/07/2014 (Aviso nº 192/2014/GM-MME, de 10/07/2014).

REQ 646/14, do deputado Mendonça Filho, que “requer sejam convidados os Srs. Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil, e Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre empréstimo a ser concedido para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: transformado em requerimento de informação, incluídos o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda.

Informações recebidas do Ministério da Fazenda em 07/07/2014 (Aviso nº 217/MF, de 03/07/2014); do Ministério de Minas e Energia em 14/07/2014 (Aviso nº 192/2014/GM-MME, de 10/07/2014); e da Caixa em 31/07/2014 (Ofício nº 184/2014/GEREP, de 31/07/2014).



REQ 647/14, do deputado Mendonça Filho, que “requer sejam convidados o Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e os Srs. Luciano Freire, Paulo Born e Ricardo Lima, Ex-Conselheiros da mesma CCEE, para prestarem esclarecimentos sobre empréstimo a ser tomado por referida Câmara”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Informações recebidas em 21 de maio de 2014 (Ofício CT-CCEE – 1149/2014, de 21/05/2014).

REQ 648/14, do deputado Mendonça Filho, que “requer sejam convidados o Sr. Alexandre Padilha – Ex-Ministro de Estado da Saúde, e o Sr. Marcus Cezar Ferreira de Moura – Ex-Coordenador de Promoção de Eventos da Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde, a fim de prestarem depoimento acerca de relatório da Polícia Federal com indícios a respeito de indicação do Ex-Assessor para dirigir o laboratório farmacêutico Labogem, controlado pelo doleiro Alberto Youssef”.

Rejeitado em 7/5/2014.

REQ 650/14, do deputado Renato Simões, que “requer seja encaminhado pedido de informações ao Ministério da Saúde, ao Tribunal de Contas de União e à Controladoria Geral da União sobre contratos firmados no período de 31 de março de 1998 a 20 de fevereiro de 2002 entre o Ministério da Saúde e a empresa Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: período de 31/03/1998 até 07/05/2014. Subscrito pelos deputados Mendonça Filho, Vanderlei Macris, Duarte Nogueira, Stepan Nercessian, Rubens Bueno e Fernando Francischini.

Informações recebidas; da CGU em 07/06/2014 (Ofício nº 16604/2014/GM/CGU-PR, de 03/06/2014); do Ministério da Saúde em 11/08/2013 (Aviso nº 510/GM/MS, de 07/08/2014); e notificação de abertura de processo pelo TCU em 21/05/2014 (Aviso nº 464-GP/TCU, de 21/05/2014), ainda inconcluso.

REQ 651/14, do deputado Vanderlei Siraque e outros, que “requeremos, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião conjunta da Comissão de Viação e Transportes e da Comissão de Fiscalização e Controle, para debater as denúncias de formação de cartel e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), obras essas que contam com recursos da União”

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 652/14, dos deputados Carlos Sampaio e Antonio Imbassahy, que “solicita sejam convidados os Srs. Luciano Freire, Paulo Born e Ricardo Lima, Ex-Conselheiros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e Romeu Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para prestarem esclarecimentos acerca da operação de empréstimo de R\$ 11,2 bilhões a ser concedido às distribuidoras de energia elétrica, tendo como interveniente a citada Câmara de Comercialização de Energia Elétrica”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: transformado em requerimento de informação, incluindo os Ministros das Minas e Energia e da Fazenda. Subscrito pelo deputado Vanderlei Macris.

Informações recebidas do Ministério da Fazenda em 07/07/2014 (Aviso nº 217/MF, de 03/07/2014); do Ministério de Minas e Energia em 14/07/2014 (Aviso nº 192/2014/GM-MME, de 10/07/2014); e da ANEEL em 09/07/2014 (Ofício nº 210/-SCR/ANEEL, de 09/07/2014).



REQ 653/14, dos deputados Duarte Nogueira e Vanderlei Macris, que “solicita que seja convidado o Sr. Alexandre Padilha, Ex-Ministro da Saúde, para reunião de audiência pública nesta Comissão, para que ele preste esclarecimentos acerca de sua suposta ligação com o laboratório Labogen, do doleiro Alberto Youssef, preso pela PF na Operação Lava-Jato”.

Rejeitado em 7/5/2014.

REQ 654/14, do deputado Mendonça Filho, que “solicita que seja convocado o Exim. Sr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, a fim de prestar esclarecimentos sobre os atrasos na realização de processos licitatórios para o arrendamento de portos ao setor privado”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: transformado em convite, incluído o tema “política portuária nacional”.

Audiência pública realizada em 10/06/2014, atendendo também ao REQ 655/14.

REQ 655/14, do deputado Mendonça Filho, que “requer seja convidado o Sr. Mário Povia, Diretor-Geral Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a fim de prestar depoimento sobre os atrasos na realização de processos licitatórios para o arrendamento de portos ao setor privado”.

Aprovado em 7/5/2014.

Audiência pública realizada em 10/06/2014, atendendo também ao REQ 654/14.

REQ 656/14, do deputado Renato Simões, que “requer seja convidado o Ex-Ministro da Saúde José Serra para prestar esclarecimentos sobre a execução de contratos firmados no período de 31 de março de 1998 a 20 de fevereiro de 2002 entre o Ministério da Saúde e a empresa Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A”.

Rejeitado em 7/5/2014.

REQ 657/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita seja convocada a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos à Comissão sobre estudos relacionados com a retirada de produtos no cálculo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como sobre outros aspectos relacionados com as pesquisas a cargo do IBGE”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 660/14, do deputado Wellington Roberto, que “requer que sejam convidados o Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Sr. Neri Geller; o Sr. Secretário Executivo Adjunto da Casa Civil, Sr. Gilson Alceu Bittencourt; e o Sr. Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, para que prestem esclarecimentos sobre o desabastecimento relativo ao Programa de Vendas em Balcão Especial (área da Sudene)”.

Aprovado em 21/5/2014, com alteração: transformado em requerimento de informação. Subscrito pelo deputado João Arruda.

Informações recebidas da Conab em 18/06/2014 (Ofício PRESI nº 348, de 18/06/2014); do Mapa em 14/07/2014 (Ofício nº 338/2014/GM-MAPA, de 08/07/2014); e da Casa Civil em 28/05/2014 (Ofício nº 395/SE-C.Civil/PR, de 28/05/2014).



REQ Nº 661/14, dos deputados. Stepan Nercessian e Rubens Bueno, que “requer a realização de audiência pública com o Sr. Alexandre Padilha, Ex-Ministro da Saúde, para esclarecer aspectos relativos ao relacionamento entre o Ministério da Saúde e o Laboratório Labogen”.

Rejeitado em 7/5/2014.

REQ 662/14 do deputado Fernando Francischini, que “requer a realização de audiência pública para esclarecimentos acerca de suposta fraude no fundo de pensão da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT)”.

Aprovado em 21/5/2014, com alteração: transformado em convite ao Presidente do fundo Postalís e ao Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Audiência pública não realizada.

REQ 663/14, do deputado Alexandre Santos, que “realização de uma audiência pública em data a ser agendada a se realizar na Câmara de Vereadores do município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, para discutir os projetos, definições de prazos, consequências e impactos causados pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)”.

Aprovado em 7/5/2014, com alteração: audiência transformada em mesa-redonda.

Mesa-redonda não realizada.

REQ 664/14, do deputado Hugo Motta, que “requer que seja convocado o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como órgão responsável pela vinculação com BNDES, para prestar esclarecimento sobre a concessão de empréstimo das obras do Porto de Mariel, em Cuba, também o financiamento do grupo JBS – Friboi, Fundo Amazônico, Plano de investimentos do BNDES e a MP 633/2014”.

Aprovado em 7/5/2014. Subscrito pelos deputados Fernando Francischini, Manuel Rosa Neca, Sibá Machado, Vanderlei Macris e Renato Simões.

Audiência pública não realizada haja vista a realização de audiência pública com Presidente do BNDES sobre o mesmo tema, em atendimento ao REQ 589/14.

REQ 666/14, do deputado Edio Lopes, que “solicita informações ao Departamento Nacional de Produção Mineral sobre os processos minerários da Empresa Colossus Mineração”.

Aprovado em 21/5/2014. Subscrito pelo deputado Simplício Araújo.

Informações recebidas em 30/07/2014 (Ofício nº 139/2014 – DIRE/DNPM/SEDE, de 30/07/2014).

REQ 667/14 dos deputados Edson Santos e Vanderlei Siraque, que “requer a realização de audiência pública, juntamente com a Comissão do Esporte, acerca das obras e gestão do Estádio Magalhães Pinto – Mineirão, em Belo Horizonte/MG, em face das irregularidades apontadas pela Auditoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas, da ação do Ministério Público Federal, da ação do Ministério Público de Minas e de denúncias contra a empresa Minas Arena, que reformou e gerencia o referido estádio, como participante da PPP em parceria com o Estado de Minas Gerais”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 668/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita informações à Sra. Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os empreendimentos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”.

Rejeitado em 21/5/2014.



REQ 669/14, dos deputados Vanderlei Siraque e Renato Simões, que “solicita que seja convidado para depor nesta Comissão o Sr. Robson Marinho, Ex-Chefe da Casa Civil do Governo Mário Covas (PSDB) e atual Conselheiro do Tribunal Contas de São Paulo”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 670/14, dos deputados Vanderlei Siraque e Renato Simões, que “solicita que seja convidado para depor nesta Comissão o Sr. Arthur Teixeira, Lobista e proprietário de duas empresas de consultoria suspeitas de receber propina das multinacionais Alstom e Siemens, para que fossem beneficiadas em concorrências públicas, e que foi indiciado pela Polícia Federal brasileira a pedido do Ministério Público da Suíça”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 671/14, dos deputados Vanderlei Siraque e Renato Simões, que “solicita que seja convidado para depor nesta Comissão o Sr. José Serra, Ex-Governador de São Paulo”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 672/14, dos deputados Vanderlei Siraque e Renato Simões, que “solicita que seja convidado para depor nesta Comissão o Sr. João Roberto Zaniboni, Ex-Executivo da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) nos Governos do PSDB Mário Covas e Geraldo Alckmin”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 673/14, dos deputados Vanderlei Siraque e Renato Simões, que “solicita que seja convidado para depor nesta Comissão, o Sr. Andrea Matarazzo, Vereador do PSDB e Ex-Secretário de Energia do Estado de São Paulo, que foi indiciado pela Polícia Federal por suspeita de corrupção passiva e de ter recebido propina do grupo francês”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 674/14, do deputado Fernando Francischini, que “requer a realização de mesa-redonda na cidade de Paranaguá - PR para debater sobre os diversos transtornos causados pela falta de investimentos do Governo Federal na linha férrea que corta a cidade de Paranaguá - PR”.

Aprovado em 28/5/2014

Mesa-redonda não realizada.

REQ 678/14, do deputado Rubens Bueno, que “requer seja convidada a Sra. Rosemary Noronha, Ex-Chefe do Gabinete da Presidência da República em São Paulo, em audiência nesta comissão, para prestar esclarecimentos sobre eventuais ameaças de chantagens contra membros e ex-membros do Governo”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 679/14, do deputado Rubens Bueno, que “requer convidar o Sr. José Carlos Cosenza, Diretor de Abastecimento da Petrobrás, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos acerca de seu envolvimento nas acusações que pesam contra os Srs. Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e contra o deputado Luiz Argôlo (SDD/BA), no contexto da operação Lava-Jato da Polícia Federal”.

Rejeitado em 28/5/2014.



REQ 680/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita seja convidado o Chefe de Gabinete da Presidência da República, Sr. Beto Vasconcelos, para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da matéria veiculada na edição nº 2374 da revista Veja, intitulada “A chantagem funcionou””.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 681/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita seja convocado o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da matéria veiculada na edição n.º 2374 da revista Veja, intitulada “A chantagem funcionou””.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 682/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita a convocação do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, para discutir denúncias de redução indevida na atividade investigativa do órgão, bem como sobre o corte de verbas das unidades que investigam o uso de verbas federais pelos municípios em ano eleitoral”.

Rejeitado em 21/5/2014.

REQ 683/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para esclarecer a compra dos caças Gripen, da Suécia, pelo Brasil, bem como as condições de compra dos mísseis Harpoon, dos Estados Unidos”

Aprovado em 21/5/2014.

Audiência pública realizada em 09/12/2014.

REQ 684/14, do deputado João Arruda, que “requer informações ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a construção do metrô de Curitiba-PR, especificando as contrapartidas e garantias do município e do estado do Paraná, além dos investimentos previstos pelo governo federal”

Aprovado em 21/5/2014.

Informações recebidas em 02/09/2014 (Ofício nº 242/2014/MP, de 29/08/2014).

REQ 685/14, do deputado Vanderlei Macris, que “solicita seja convocado o Ministro dos Transportes, Sr. César Borges, para prestar esclarecimentos sobre a totalidade dos valores gastos, até o presente momento, no projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) que ligará as cidades do Rio de Janeiro a São Paulo e a Campinas”.

Aprovado em 28/5/2014, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Informações recebidas em 27/08/2014 (Aviso nº 79-GM/MT, de 21/08/2014).

REQ 687/14, do deputado Renato Simões, que “requer no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a criação de Subcomissão Especial para propor legislação que possibilite a recuperação dos ativos originários e produtos de crimes, encontrados no exterior, de forma eficiente e célere”.

Aprovado em 28/5/2014.

Subcomissão instalada em 07/05/2014.





REQ Nº 689/14, do deputado Hugo Motta, que “requer a extinção da Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil, criada em 2013, através do requerimento 416/2013 e da Subcomissão Especial de acompanhamento, fiscalização orçamentária e financeira dos recursos públicos federais destinados à segurança pública e ao sistema penitenciário no âmbito federal, estadual, municipal e distrital, criada pelo REQ 12/2011”.

Aprovado em 28/5/2014.

Subcomissões extintas em 28/05/2014.

REQ 690/14, do deputado Hugo Motta, que “requer a realização do V Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, com o tema: Fundo de Participação dos Municípios: A realidade da repartição das receitas tributárias”.

Aprovado em 28/5/2014.

Seminário realizado em 02/12/2014.

REQ 695/14, do deputado Alexandre Santos, que “solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os atrasos nos repasses às prefeituras das verbas referentes aos royalties do petróleo, bem como explicações sobre as dificuldades relatadas pelas prefeituras em obter a liberação na Caixa Econômica do pagamento do dinheiro de emendas parlamentares”.

Aprovado em 28/5/2014.

Informações recebidas em 18/08/2014 (Aviso nº 255/MF, de 14/08/2014).

REQ 696/14, dos deputados Fernando Francischini e Domingos Dutra, que “solicita a realização de diligência externa no Maranhão para verificar in loco os cemitérios de obras inacabadas do Polo de Confeção de Rosário, no município de Rosário; e dos distritos de irrigação nos municípios de Palmeirândia, Magalhães de Almeida; e São Mateus”.

Aprovado em 28/5/2014, com alteração: transformado em visita técnica com mesa-redonda; incluídos 1 técnico do TCU e 1 técnico da Comissão na comitiva que fará a diligência; incluído entre os objetos da diligência o Plano de Urbanização para a Área de Intervenção do Projeto PAC Rio Anil, em São Luís (MA).

Visita técnica não realizada.

REQ 701/14, do deputado Wellington Roberto, que “solicita do Sr. Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a relação comercial entre a Valec e a empresa Pavotec – Pavimentação e Terraplanagem Ltda. – e a Construtora Ourivio S/A”.

Aprovado em 16/7/2014.

Informações recebidas em 31/10/2014 (Aviso nº 95-GM/MT, de 30/10/2014).

REQ 702/14, do deputado João Arruda, que “requer informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura acerca dos convênios relativos às obras de construção e instalação de unidade de beneficiamento e abate-douro de peixe, construção de fábrica de farinha e ração, na rodovia PR-272, Km 37, Parque Industrial no município de Pinhalão (PR), e construção do Frigorífico do Peixe, em Cornélio Procópio (PR), objeto dos convênios Siafi 770707/2012 e Siafi 577881/2006, respectivamente”.

Aprovado em 16/7/2014.

Informações recebidas em 31/10/2014 (Ofício nº 325/2014-GM/MPA, de 30/10/2014).



REQ 705/14, dos deputados João Arruda e Aníbal Gomes, que “encaminha solicitação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a respeito da situação decorrente de regulamentação, que impede liberação de recursos para equipar o Hospital Regional de Itapipoca/Ceará”.

Aprovado em 16/7/2014.

Informações recebidas em 5/1/2015 (Av. nº 904/GM/MS, de 30/12/2014).

REQ 706/14, do deputado Carlos Brandão, que “requer encaminhamento de convite ao Presidente do BNDES para prestar esclarecimentos sobre operação firmada com o Estado do Maranhão”.

Aprovado em 16/7/2014, com alteração: transformado em requerimento de informações.

Solicitação de informações encaminhada ao Presidente do BNDES (Of. nº 239/2014/CFFC-P, de 16/07/2014), ainda sem resposta.

REQ 709/14, do Sr. Vanderlei Macris, que “solicita seja convocado o Presidente do Banco Central do Brasil, Ministro Alexandre Tombini, para prestar esclarecimentos sobre divergências relacionadas com o cálculo do superávit primário consolidado do Governo Central”.

Aprovado em 12/11/2014, com alteração: transformado em convite e incluída a discussão do PLN 36/2014.

Audiência pública realizada em 09/12/2014.

REQ 717/14, do Sr. João Arruda, que “requer seja feita consulta ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre a regulamentação legal e o impedimento de liberação de recursos para entidades sem fins lucrativos”.

Aprovado em 12/11/2014. Subscrito pelo deputado Hugo Motta.

Solicitação de informações encaminhada ao TCU (Of. nº 346/2014/CFFC-P, de 18/11/2014), ainda sem resposta.

REQ 726/14, do Sr. Vanderlei Macris, que “solicita seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, Sr. Celso Amorim, para prestar esclarecimentos sobre a operação de compra de 36 caças Gipe NG, fabricados pela companhia sueca Saab”.

Aprovado em 12/11/2014, com alteração: transformado em convite.

Audiência pública realizada em 9/12/2014.

REQ 731/14, do Sr. Edinho Bez, que “requer a realização de audiência pública com a Anatel e as empresas de telefonia: Claro, Oi, Tim, Vivo, GVT, Telemar, Nextel e Net e o Tribunal de Contas da União para debater a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país e esclarecer sobre a atualização das tecnologias do sistema”.

Aprovado em 12/11/2014, com alteração: incluído o ministério das comunicações.

Audiência pública realizada em 19/11/2014.





REQ 732/14, do Sr. Hugo Motta, que “requer sejam convidados o Ministério da Educação (FNDE), a União Nacional dos Estudantes – UNE, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil para, em reunião de audiência pública, debater o Programa de Financiamento Estudantil – FIES”.

Aprovado com alteração: inclusão de 1 representante do Ministério da Educação e representantes das universidades.

Audiência pública não realizada.

SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015 (PL Nº 003/2014-CN)

SLD Nº 1, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 2º): “acrescenta artigo para a adoção de planejamento estratégico pela Administração Pública e monitoramento dos riscos envolvidos nas ações necessárias para alcançar os objetivos e metas”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 2, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 97): “Acrescenta artigo para a unificação dos cadastros de obras custeadas com recursos da União”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 3, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 88): “Altera a redação do art. 88, vedando o reajuste do auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em percentual acima da variação do IPCA, nas situações que especifica”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 4, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (Anexo II – Inciso VIII, b): “Dispõe sobre demonstrativos de desonerações tributárias no âmbito do PAC”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 5, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 113): “Inclui artigo definindo prazo para apreciação pelo Congresso das contas a serem prestadas pela Presidência da República”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 6, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 99): “Inclui artigo dispondo sobre custo de obras”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 7, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 111): “Inclui artigo que define prazo para remessa de relatórios de gestão fiscal aos órgãos de controle, conforme Lei 10.028, de 2000”.

Aprovada em 16/7/2014.

SLD Nº 8, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei, art. 92, § 3º: “Prevê definição de metas, indicadores e prazos de vigência para proposições que tratem de renúncias de receitas”.

Aprovada em 16/7/2014.



SLD Nº 9, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 40, § 3º, III): “Suprime o inciso III do parágrafo 3º do art. 40, para permitir que o Legislativo e Judiciário e Ministério Público possam remanejar suas próprias dotações sem depender de decreto do Poder Executivo”. O Presidente se absteve de fazer a defesa das sugestões emendas, já distribuídas aos Parlamentares.

Aprovada em 16/7/2014.

**SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2015
(PL Nº 13/2014-CN)**

SOR Nº 1, do deputado Hugo Motta, de apropriação/acrécimo: “Construção do Anexo IV – Escola Superior de Controle – Tribunal de Contas da União” – R\$ 20.000.000,00.

Aprovada em 16/12/2014.

SOR Nº 3, do deputado Edinho Bez, de apropriação/acrécimo: “Fiscalização das Atividades Minerárias” – R\$ 10.000.000,00.

Aprovada em 16/12/2014.

SOR Nº 4 do deputado Hugo Motta, de apropriação/acrécimo: Implantação da Advocacia Pública Eletrônica – e-AGU” – Advocacia Geral da União – R\$ 600.000.000,00.

Aprovada em 16/12/2014.

SOR Nº 5, do deputado Hugo Motta, de apropriação/inclusão: “Marinha – Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária” – R\$ 300.000.000,00.

Aprovada em 16/12/2014.



IV

SUBCOMISSÕES

As Comissões Permanentes podem constituir, sem poder decisório, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, Subcomissões Permanentes e Subcomissões Especiais. No âmbito da Comissão Permanente, podem funcionar simultaneamente até três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais.

A composição numérica da Subcomissão é fixada pelo Plenário da Comissão, respeitado o princípio de representação proporcional. A matéria apreciada em Subcomissão será objeto de relatório, sujeito a deliberação do Plenário da respectiva Comissão.

Nesta Sessão Legislativa a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle instalou trabalhos de 2 Subcomissões Permanentes e de 2 Subcomissões Especiais: de Obras Inacabadas e PAC, de Defesa Civil e Combate à Seca, e de Telefonia Fixa e Móvel e Recuperação de Ativos, respectivamente.



Subcomissão de Obras Inacabadas e PAC

Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização dos Recursos Públicos Federais Aplicados em Obras Inacabadas e também daquelas em Execução no Âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. Instalada em 02/04/2014, fruto da aprovação do Requerimento nº 444/2013, de autoria do deputado Edinho Bez.



Composição:
Presidente: Carlos Brandão (PSDB/MA)
Relator: Edio Lopes (PMDB/RR)

TITULARES	SUPLENTES
CARLOS BRANDÃO (PSDB/MA)	ALEXANDRE LEITE (DEM/RJ)
EDIO LOPES (PMDB/RR)	CARLOS MAGNO (PP/RO)
FELIPE BORNIER (PSD/RJ)	MÁRCIO FRANÇA (PSB/SP)
FERNANDO FRANCISCHINI (SDD/PR)	SIBÁ MACHADO (PT/AC)
NILTON CAPIXABA (PTB/RO)	SIMPLÍCIO ARAÚJO (SDD/MA)





Subcomissão de Defesa Civil e Combate à Seca

Subcomissão Permanente de Defesa Civil que visa à desburocratização na liberação dos recursos emergenciais, alterando a legislação vigente para atender estados e municípios atingidos por calamidades públicas, e ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais aplicados no combate à seca. Instalada em 02/04/2014, fruto da aprovação do Requerimento nº 604/2014, de autoria do deputado Hugo Motta.



Composição:
Presidente: José Guimarães
Relator: Carlos Brandão

TITULARES	SUPLENTES
CARLOS BRANDÃO (PSDB/MA)	ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT/CE)
FRANCISCO TENÓRIO (PMN/AL)	EDIO LOPES (PMDB/RR)
JOSÉ GUIMARÃES (PT/CE)	HUGO MOTTA (PMDB/PB)
SÉRGIO BRITO (PSD/BA)	
WELLINGTON ROBERTO (PR/PB)	





Subcomissão Especial da Telefonia

Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil. O objetivo da subcomissão é a continuação dos trabalhos desenvolvidos em 2013 na CFFC, e o acompanhamento de perto junto aos órgãos competentes e operadoras de telefonia acerca das melhorias necessárias para o setor. Instalada em 07/05/2014, fruto da aprovação do Requerimento nº 627/2014, de autoria do deputado Edinho Bez.



Composição:
Presidente: Edinho Bez
Relator: Wellington Roberto

TITULARES	SUPLENTES
EDINHO BEZ (PMDB/SC)	CARLOS BRANDÃO (PSDB/MA)
EDSON SANTOS (PT/RJ)	CARLOS MAGNO (PP/RO)
LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB/SP)	HUGO MOTTA (PMDB/PB)
VANDERLEI SIRAQUE (PT/SP)	MANUEL ROSA NECA (PR/RJ)
WELLINGTON ROBERTO (PR/PB)	ZOINHO (PR/RJ)





Subcomissão Especial para Recuperação de Ativos encontrados no exterior



Composição:
Presidente: Renato Simões
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
EDINHO BEZ (PMDB/SC)	AKIRA OTSUBO (PMDB / MS)
RENATO SIMÕES (PT/SP)	CARLOS BRANDÃO (PSDB / MA)
STEPAN NERCESSIAN (PPS / RJ)	EDIO LOPES (PMDB / RR)
LUIZ FERNANDO (PSDB/SP)	MANUEL ROSA NECA (PR / RJ)
ANDRE FIGUEIREDO (PDT / CE)	VANDERLEI SIRAQUE (PT / SP)





Corpo técnico da Comissão em 2014

Secretário-Executivo da Comissão: Luiz Paulo Pieri

Servidores:

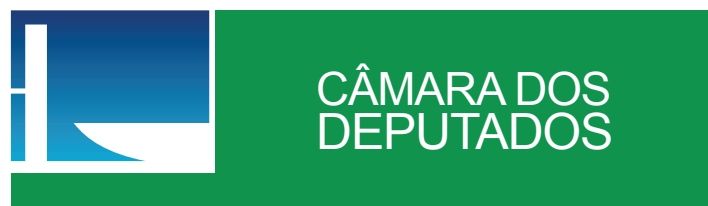
André Gustavo de Lima Meira
Antonio Gomes de Aguiar Neto
Antonio Ribamar Aguiar de Castro
Cláudio Ramos Aguirra
Denize Macedo Pereira Pinto
Emerson Paranhos Santos
Jair Francelino Ferreira
José Henrique Freitas Gonçalves de Araújo
Kátia Isabelli de Bethania Melo de Souza
Kátia Daniel Rodrigues
Marielle Orrigo Ferreira Mendes
Milena Feitosa Ramos
Patrícia Maria Campos de Miranda
Rafael Valença Soares
Sandra Betânia de Albuquerque Neves
Tatiana Winnik Memória

Estagiários:

Elizangela Moura Pereira
Pedro Ferraz Moreira

Pró-Adolescentes:

Bárbara Martins da Silva
Thiago Belarmino Alves Ribeiro
Wilian Rodrigues



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

